

AEB

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Analista Em Ciência E Tecnologia
Júnior – Especialidade: Qualquer
Área De Formação

EDITAL Nº 1 – AEB, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

CÓD: SL-037FV-25
7908433271468

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	11
3. Domínio da ortografia oficial	19
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciamento textual.....	24
5. Emprego de tempos e modos verbais	26
6. Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	27
7. Emprego das classes de palavras	32
8. Emprego dos sinais de pontuação	41
9. Concordância verbal e nominal	43
10. Regência verbal e nominal.....	44
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	47
12. Colocação dos pronomes átonos	47
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	48
14. Significação das palavras.....	49
15. Redação oficial. Manual de redação da presidência da república	50

Língua Inglesa

1. Compreensão de texto escrito em língua inglesa	71
2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos	73

Ética Na Administração Pública

1. Ética e função pública	79
2. Ética no setor público	81
3. Decreto nº 1.171/1994 E suas alterações (código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal).....	82
4. Lei nº 8.112/1990 E suas alterações (regime jurídico dos servidores públicos civis da união).....	84
5. Lei nº 8.429/1992 E suas alterações (atos de improbidade administrativa).....	110

Noções De Administração Pública

1. Novas tecnologias gerenciais: gestão da qualidade, impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão	123
2. Excelência nos serviços públicos.....	127
3. Gestão de resultados na produção de serviços públicos: ferramentas de acompanhamento e avaliação: construção de indicadores, prospecção e avaliação de cenários	131
4. Planejamento estratégico	135

5. Noções de orçamento público (ppa, ldo, loa)	141
6. Instrumentos de repasse ou transferências de recursos	144
7. Legislação aplicada: lei nº 8.112/1990 E suas alterações (regime jurídico dos servidores públicos civis da união)	145
8. Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo disciplinar).....	170
9. Lei nº 11.079/2004 (Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada)	176
10. Lei nº 14.133/2021 (Lei de licitações e contratos administrativos)	183
11. Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e suas alterações; decreto nº 7.724/2012 E suas alterações; decreto nº 7.845/2012 E suas alterações.....	226
12. Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais – lgpd).....	249
13. Lei nº 10.973/2004 (Lei da inovação)	263

Noções de Informática

1. Noções de segurança da informação. Proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas	277
2. Noções de gestão de dados. Conceitos, atributos, métricas. Manipulação, tratamento e visualização de dados	281
3. Noções de business intelligence (bi).....	282

Normativos Específicos

1. Lei nº 8.854/1994 E suas alterações (criação da agência espacial brasileira – aeb)	287
2. Decreto nº 11.192/2022 (Aprova a nova estruturação regimental da aeb).....	288
3. Decreto nº 1.332/1994 (Política nacional de desenvolvimento das atividades espaciais – pndae)	289
4. Decreto nº 1.953/1996 (Sistema nacional de desenvolvimento das atividades espaciais – sindae)	293
5. Programa nacional de atividades espaciais – pnae 2022-2031: visão de futuro; objetivos estratégicos de espaço e eixos de atuação; fatores críticos; fatores de priorização; setores-chave; iniciativas estruturantes; vertentes de investimento.....	293
6. Lei nº 14.946/2024 (Lei das atividades espaciais nacionais).....	295

Ciência E Tecnologia

1. Políticas de desenvolvimento e incentivos em ciência, tecnologia e inovação tecnológica vigentes no país.....	303
2. Instrumentos de financiamento para a ciência, tecnologia e inovação	308
3. Elaboração e gestão de projetos e programas.....	311
4. Gestão da propriedade intelectual e transferência de tecnologia”	315
5. Questões da atualidade sobre ciência e tecnologia do setor espacial.....	320

Políticas Públicas

1. Noções de política pública; relação entre política e política pública	327
2. Análise de políticas públicas; modelos de tomada de decisão em política pública: incremental, racional e suas variantes	331
3. Perspectivas do neoinstitucionalismo na análise das estratégias e dos resultados das políticas públicas	336
4. Papel da burocracia no processo de formulação e implementação de políticas públicas	341
5. Tipos de políticas públicas: distributivas, regulatórias e redistributivas	342
6. Fases das políticas públicas; formação da agenda governamental; formulação; implementação; monitoramento; avaliação	347
7. Processos decisórios e problemas de implementação	353
8. Novos arranjos de políticas públicas	354
9. Federalismo e descentralização	359
10. Políticas públicas no Brasil; controle social: transparência e participação social	360

Noções de Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios	365
2. Direito administrativo: conceito, fontes e princípios	368
3. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; invalidação, anulação e revogação; prescrição	372
4. Agentes administrativos: investidura e exercício da função pública; direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos; processo administrativo; conceito, princípios, fases e modalidades	386
5. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso de poder	398
6. Princípios básicos da administração	405
7. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano; enriquecimento ilícito; responsabilidade civil do estado	409
8. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação	414
9. Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	426
10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	430
11. Licitações e contratos administrativos: lei nº 14.133/2021 (Lei de licitações e contratos administrativos)	436
12. Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo no âmbito da administração pública); lei nº 11.079/2004 (Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada)	464

Noções de Direito Constitucional

1. Aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas	469
2. Constituição da república federativa do Brasil de 1988: princípios fundamentais; direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos; organização do estado: organização político-administrativa, união, estados federados, municípios, distrito federal e territórios; administração pública: disposições gerais; servidores públicos	471

Administração Pública

1. Estrutura e estratégia organizacional.....	509
2. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.....	513
3. Convergências e diferenças entre gestão pública e gestão privada.....	515
4. Novas tecnologias gerenciais: gestão da qualidade, impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão; excelência nos serviços públicos.....	516
5. Gestão de programas e projetos em ciência, tecnologia e inovação.....	516
6. Gestão de resultados na produção de serviços públicos; ferramentas de acompanhamento e avaliação: construção de indicadores, prospecção e avaliação de cenários.....	518
7. Gestão estratégica; planejamento estratégico.....	518
8. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.....	521
9. Aspectos sociais, ambientais e de governança (asg) na administração pública.....	523
10. Gestão de aquisições e de contratos.....	524
11. Gestão de instrumentos de repasse ou transferências de recursos.....	525
12. Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e suas alterações; decreto nº 7.724/2012 E suas alterações; decreto nº 7.845/2012 E suas alterações; lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais – lgpd).....	533

Noções De Orçamento Público

1. Orçamento: orçamento público: história, evolução e natureza jurídica.....	537
2. Relação entre orçamento e as políticas fiscal, tributária e cambial.....	537
3. Orçamento na constituição de 1988; lei de diretrizes orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos; lei orçamentária anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações.....	538
4. Elaboração e aprovação das leis de matéria orçamentária.....	547
5. Regra de ouro e regime fiscal sustentável (lei complementar nº 200/2023).....	547
6. Proposta orçamentária e sua integração com ppa e ldo.....	552
7. Interfaces entre ldo, loa, lei nº 4.320/1964 E lei complementar nº 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal).....	553

Gerenciamento De Projetos

1. Estrutura de gerenciamento de projetos; processos de gerenciamento de projetos; ciclo de vida e organização do projeto; ferramentas e técnicas de apoio ao gerenciamento de projetos.....	585
2. Metodologias e processos relacionados à gerência e integração de escopo; prazos; custos; riscos; qualidade; documentação e comunicação; recursos humanos; suprimentos, logística e portfólios de projetos.....	591
3. Áreas de conhecimento em gerenciamento de projeto.....	595
4. Escritório de projetos.....	602
5. Noções de gestão de programas e de gestão de portfólio de projetos.....	606
6. Formulação e construção de indicadores.....	607

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso,

o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

GÊNEROS TEXTUAIS**— Introdução**

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

Esses gêneros refletem a diversidade e a complexidade das interações humanas e são moldados pelas necessidades sociais, culturais e históricas.

Compreender os gêneros textuais é fundamental para a produção e interpretação adequadas de textos. Eles fornecem uma moldura que orienta o produtor e o receptor na construção e na compreensão do discurso. A familiaridade com as características de cada gênero facilita a adequação do texto ao seu propósito comunicativo, tornando a mensagem mais clara e eficaz.

— Definição e Importância

Gêneros textuais são formas específicas de estruturação da linguagem que se adequam a diferentes situações comunicativas. Eles emergem das práticas sociais e culturais, variando conforme o contexto, o propósito e os interlocutores envolvidos. Cada gênero textual possui características próprias que determinam sua forma, conteúdo e função, facilitando a interação entre o autor e o leitor ou ouvinte.

Os gêneros textuais são fundamentais para a organização e a eficácia da comunicação. Eles ajudam a moldar a expectativa do leitor, orientando-o sobre como interpretar e interagir com o texto. Além disso, fornecem ao autor uma estrutura clara para a construção de sua mensagem, garantindo que esta seja adequada ao seu propósito e público-alvo.

Exemplos:**Receita de Culinária:**

- Estrutura: Lista de ingredientes seguida de um passo a passo.
- Finalidade: Instruir o leitor sobre como preparar um prato.
- Características: Linguagem clara e objetiva, uso de imperativos (misture, asse, sirva).

Artigo de Opinião:

- Estrutura: Introdução, desenvolvimento de argumentos, conclusão.
- Finalidade: Persuadir o leitor sobre um ponto de vista.
- Características: Linguagem formal, argumentos bem fundamentados, presença de evidências.

Notícia:

- Estrutura: Título, lead (resumo inicial), corpo do texto.
- Finalidade: Informar sobre um fato recente de interesse público.
- Características: Linguagem objetiva e clara, uso de verbos no passado, presença de dados e citações.

Importância dos Gêneros Textuais:**Facilitam a Comunicação:**

Ao seguirem estruturas padronizadas, os gêneros textuais tornam a comunicação mais previsível e compreensível. Isso é particularmente importante em contextos formais, como o acadêmico e o profissional, onde a clareza e a precisão são essenciais.

Ajudam na Organização do Pensamento:

A familiaridade com diferentes gêneros textuais auxilia na organização das ideias e na construção lógica do discurso. Isso é crucial tanto para a produção quanto para a interpretação de textos.

Promovem a Eficácia Comunicativa:

Cada gênero textual é adaptado a uma finalidade específica, o que aumenta a eficácia da comunicação. Por exemplo, uma bula de remédio deve ser clara e detalhada para garantir a correta utilização do medicamento, enquanto uma crônica pode usar uma linguagem mais poética e subjetiva para entreter e provocar reflexões.

Refletem e Moldam Práticas Sociais:

Os gêneros textuais não apenas refletem as práticas sociais e culturais, mas também ajudam a moldá-las. Eles evoluem conforme as necessidades e contextos sociais mudam, adaptando-se a novas formas de comunicação, como as mídias digitais.

Compreender os gêneros textuais é essencial para uma comunicação eficiente e eficaz. Eles fornecem estruturas que ajudam a moldar a produção e a interpretação de textos, facilitando a interação entre autor e leitor. A familiaridade com diferentes gêneros permite que se adapte a linguagem às diversas situações comunicativas, promovendo clareza e eficácia na transmissão de mensagens.

— Tipos de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de diversas formas, considerando suas características e finalidades específicas. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos principais tipos de gêneros textuais, organizados conforme suas funções predominantes.

Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são caracterizados por contar uma história, real ou fictícia, através de uma sequência de eventos que envolvem personagens, cenários e enredos. Eles são amplamente utilizados tanto na literatura quanto em outras formas de comunicação, como o jornalismo e o cinema. A seguir, exploramos alguns dos principais gêneros narrativos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

• Romance**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Longa, permitindo um desenvolvimento detalhado dos personagens e das tramas.
- **Personagens:** Complexos e multifacetados, frequentemente com um desenvolvimento psicológico profundo.
- **Enredo:** Pode incluir múltiplas subtramas e reviravoltas.
- **Cenário:** Detalhado e bem desenvolvido, proporcionando um pano de fundo rico para a narrativa.
- **Linguagem:** Variada, podendo ser mais formal ou informal dependendo do público-alvo e do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter e envolver o leitor em uma história extensa e complexa.
- Explorar temas profundos e variados, como questões sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

Exemplo:

- “Dom Casmurro” de Machado de Assis, que explora a dúvida e o ciúme através da narrativa do protagonista Bento Santiago.

• Conto**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Curta e concisa.
- **Personagens:** Menos desenvolvidos que no romance, mas ainda significativos para a trama.
- **Enredo:** Focado em um único evento ou situação.
- **Cenário:** Geralmente limitado a poucos locais.
- **Linguagem:** Direta e impactante, visando causar um efeito imediato no leitor.

Finalidade:

- Causar impacto rápido e duradouro.
- Explorar uma ideia ou emoção de maneira direta e eficaz.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que narra a história do Dr. Simão Bacamarte e sua obsessão pela cura da loucura.

• Fábula**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Curta.
- **Personagens:** Animais ou objetos inanimados que agem como seres humanos.
- **Enredo:** Simples e direto, culminando em uma lição de moral.
- **Cenário:** Geralmente genérico, servindo apenas de pano de fundo para a narrativa.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTO ESCRITO EM LÍNGUA INGLESA

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.

- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por

exemplo, o termo “*actually*” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “*If I had known about the meeting, I would have attended,*” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “*however,*” “*therefore,*” “*although,*” “*in addition*” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.

- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “*he,*” “*she,*” “*it,*” “*this,*” “*that*” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.

- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.

- **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “*pollution*,” “*contamination*,” “*environmental damage*,” e “*ecosystem degradation*” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com “*Global warming has severe impacts on biodiversity*” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

▪ **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

▪ **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.

▪ **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.

▪ **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

Uma das primeiras etapas para interpretar um texto é distinguir suas ideias principais das secundárias.

▪ **Ideia principal:** Representa o conceito central do texto ou do parágrafo. Normalmente, pode ser encontrada no primeiro ou último parágrafo de um texto ou na sentença tópica de um parágrafo.

▪ **Ideias secundárias:** São informações complementares que explicam, exemplificam ou desenvolvem a ideia principal.

Como identificar a ideia principal

▪ Leia o título e subtítulos para obter uma noção geral do tema.

▪ Procure palavras-chave que se repetem ao longo do texto.

▪ Identifique frases que resumem ou apresentam um argumento central.

Como identificar ideias secundárias

▪ Observe exemplos, citações ou dados que reforçam o argumento principal.

▪ Preste atenção a conectores como “*for example*”, “*such as*” e “*in other words*”, que introduzem explicações e detalhes.

Essa diferenciação é fundamental em provas de concursos, pois muitas questões perguntam diretamente sobre o tema central do texto ou exigem que o candidato distinga informações relevantes das acessórias.

DIFERENÇA ENTRE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Os textos podem apresentar informações de forma direta ou exigir que o leitor faça inferências para compreendê-las completamente.

▪ **Informações explícitas:** São aquelas claramente expressas no texto, sem necessidade de interpretação adicional.

▪ **Informações implícitas:** Não são declaradas diretamente e exigem que o leitor faça conexões e deduções para compreendê-las.

Como identificar informações explícitas

▪ Busque respostas diretas dentro do texto.

▪ Preste atenção a detalhes factuais, como datas, nomes e números.

▪ Se a pergunta de prova pedir para localizar uma informação específica, geralmente a resposta estará explicitamente no texto.

Como identificar informações implícitas

▪ Observe o tom do autor e a escolha de palavras para perceber sua opinião.

▪ Analise relações de causa e consequência.

▪ Repare em pistas contextuais, como ironia ou sarcasmo, que podem indicar significados ocultos.

Em concursos, muitas questões exigem que o candidato perceba o que não está diretamente dito. A habilidade de inferência é um diferencial importante.

ITENS GRAMATICAIS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS SEMÂNTICOS

A compreensão de textos em língua inglesa vai além do simples reconhecimento de palavras e expressões. Ela exige o entendimento de elementos gramaticais que influenciam diretamente o significado das sentenças e a interpretação das ideias expressas. Nesse contexto, dois itens gramaticais se destacam como fundamentais para a análise dos conteúdos semânticos: o uso correto dos tempos verbais (verb tenses) e a aplicação de pronomes e expressões referenciais (reference words).

Esses elementos gramaticais não apenas garantem a coesão do texto, mas também ajudam o leitor a compreender nuances de tempo, aspecto, relações de causa e consequência, além de identificar a quem ou a que se referem determinadas informações. A seguir, exploraremos como cada um desses itens contribui para a compreensão semântica em textos variados.

Tempos Verbais (Verb Tenses) e Sua Influência no Significado

Os tempos verbais são essenciais para estabelecer o contexto temporal das ações em um texto. Eles indicam quando uma ação ocorre (passado, presente ou futuro) e podem expressar aspectos como duração, conclusão, habitualidade ou até hipóteses. O uso correto dos tempos verbais é fundamental para que o leitor compreenda a sequência de eventos, relações de causa e efeito e a progressão das ideias.

O inglês possui uma variedade de tempos verbais, e cada um carrega um significado semântico específico. Veja alguns exemplos relevantes:

▪ **Simple Present (Presente Simples):** usado para fatos universais, verdades permanentes e ações habituais.

Exemplo: “*Water boils at 100°C.*” (A água ferve a 100°C.)

Neste caso, o uso do simple present indica um fato científico, imutável.

▪ **Present Continuous (Presente Contínuo):** expressa ações em andamento no momento da fala ou situações temporárias.

Exemplo: “*She is studying for her exams.*” (Ela está estudando para as provas.)

O aspecto contínuo sugere que a ação está em progresso e não concluída.

▪ **Simple Past (Passado Simples):** descreve ações concluídas no passado, com tempo definido.

Exemplo: “*They traveled to Japan last year.*” (Eles viajaram para o Japão no ano passado.)

O uso do simple past indica claramente que a ação ocorreu em um período específico do passado.

▪ **Present Perfect (Presente Perfeito):** conecta ações passadas com o presente, indicando experiências de vida ou ações que continuam relevantes.

Exemplo: “*I have lived in three different countries.*” (Eu morei em três países diferentes.)

Aqui, o present perfect sugere que essa experiência faz parte da trajetória do falante até o momento presente.

▪ **Future Tenses (Futuro):** há diferentes formas de expressar o futuro em inglês, como o uso de will para previsões e decisões espontâneas, e going to para planos e intenções.

Exemplo: “*It will rain tomorrow.*” (Vai chover amanhã.) – previsão.

“*I’m going to start a new course next month.*” (Vou começar um novo curso no próximo mês.) – plano definido.

Além desses, o uso de tempos verbais compostos, como o past perfect e o future perfect, permite indicar a anterioridade ou a conclusão de ações em relação a outros eventos.

A compreensão dos tempos verbais é crucial em textos narrativos, jornalísticos e acadêmicos, onde a sequência de eventos e a cronologia das informações são essenciais para a interpretação correta. Por exemplo, em textos históricos, o uso do past perfect destaca eventos que ocorreram antes de outros já mencionados, enquanto o present perfect é comum em relatórios que conectam dados passados ao presente.

Em contextos mais sutis, como em artigos de opinião ou textos literários, o uso intencional de tempos verbais pode criar efeitos estilísticos, sugerindo reflexões sobre o tempo, mudanças de perspectiva ou contrastes entre passado e presente. Portanto, dominar o uso e a interpretação dos tempos verbais é fundamental para uma compreensão semântica precisa.

Pronomes e Expressões Referenciais (Reference Words) na Coesão e Clareza do Texto

Outro item gramatical crucial para a compreensão semântica é o uso de pronomes e expressões referenciais, que garantem a coesão do texto ao evitar repetições desnecessárias e facilitar o acompanhamento das ideias. Eles ajudam o leitor a identificar a quem ou a que se refere uma determinada informação, estabelecendo conexões entre diferentes partes do texto.

Os pronomes e expressões referenciais podem ser classificados em diferentes categorias:

▪ **Pronomes Pessoais (Personal Pronouns):** he, she, it, they, we, I, you.

Exemplo: “*Maria loves to read. She spends hours at the library.*”

O pronome “she” faz referência direta a “Maria”, evitando a repetição do nome.

▪ **Pronomes Demonstrativos (Demonstrative Pronouns):** this, that, these, those.

Exemplo: “I prefer these books over those ones.”

Aqui, “these” e “those” estabelecem uma relação de proximidade ou distância com os objetos mencionados.

▪ **Pronomes Relativos (Relative Pronouns):** who, whom, whose, which, that.

Exemplo: “The teacher who explained the topic was very clear.”

O pronome “who” conecta a oração principal à oração subordinada, acrescentando informações sobre o sujeito “teacher”.

▪ **Pronomes Possessivos (Possessive Pronouns):** my, your, his, her, its, our, their.

Exemplo: “This is my book, not yours.”

O uso de “my” e “yours” estabelece a posse de objetos, essencial para a clareza do texto.

Além dos pronomes, outros elementos funcionam como expressões referenciais, como advérbios (here, there, then), sinônimos e elipses, que ajudam a manter a coesão semântica ao longo do texto.

O uso inadequado desses recursos pode gerar ambiguidade e dificultar a interpretação. Por exemplo, em uma frase como “When John met Mark, he was very nervous,” o pronome “he” pode se referir tanto a John quanto a Mark, dependendo do contexto. Para evitar confusão, o texto precisa fornecer pistas claras ou reformular a frase para maior clareza.

Nos textos argumentativos e acadêmicos, o uso correto de pronomes referenciais é essencial para manter a clareza das ideias. Em resumos e paráfrases, por exemplo, é importante garantir que os pronomes estejam claramente relacionados aos termos originais, evitando interpretações equivocadas.

Além disso, pronomes e expressões referenciais são fundamentais na identificação de anáforas (referências a elementos mencionados anteriormente) e catáforas (referências a elementos que serão mencionados depois).

▪ **Anáfora:** “I saw a beautiful painting. It was full of vibrant colors.”

▪ **Catáfora:** “Although he was tired, John continued working.” (O pronome “he” antecipa o nome “John”, que aparece depois.)

Compreender essas relações é essencial para interpretar textos complexos, pois ajuda o leitor a seguir o fluxo das ideias e a entender como as informações estão interligadas.

Os tempos verbais e os pronomes e expressões referenciais são dois itens gramaticais fundamentais para a compreensão dos conteúdos semânticos em textos em língua inglesa. Enquanto os tempos verbais estabelecem a temporalidade, a progressão das ações e as relações de causa e efeito, os pronomes e expressões referenciais garantem a coesão do texto, conectando ideias e evitando repetições desnecessárias.

Dominar esses elementos não apenas facilita a leitura e a interpretação de textos variados, mas também contribui para a produção de textos mais claros, coesos e eficazes. Ao compreender como essas estruturas gramaticais influenciam o significado, o leitor desenvolve uma competência linguística mais sofisticada, capaz de interpretar mensagens implícitas, identificar relações complexas entre ideias e compreender o texto em sua totalidade.

QUESTÕES

1. CESPE / CEBRASPE - 2024 -

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 3.

TEXT CB1A7

Whenever a global economic transformation takes place, a single city usually drives it forward. Ghent, in modern-day Belgium, was at the core of the burgeoning global wool trade in the 13th century. The first initial public offering took place in Amsterdam in 1602. London was the financial centre of the first wave of globalisation during the 19th century. Today the city is San Francisco.

California’s commercial capital has no serious rival in generative artificial intelligence (AI), a breakthrough technology that has caused a bull market in American stocks and which, many economists hope, will power a global productivity surge. Almost all big AI start-up companies are based in the Bay Area, which comprises the city of San Francisco and Silicon Valley (largely based in Santa Clara county, to the south). OpenAI is there, of course; so are Anthropic, Databricks and Scale AI. Tech giants, including Meta and Microsoft, are also spending big on AI in San Francisco. According to Brookings Metro, a think tank, last year San Francisco accounted for close to a tenth of generative AI job postings in America, more than any other city of the country. New York, with four times as many residents, was second.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

In text CB1A7, the expression “California’s commercial capital” (in the beginning of the second paragraph) refers to

- (A) Silicon Valley.
- (B) Bay Area.
- (C) Santa Clara.
- (D) San Francisco.

2. CESPE / CEBRASPE - 2024

In text CB1A7, the word “which”, in the first sentence of the second paragraph, refers back to

- (A) “American stocks”.
- (B) “a bull market”.
- (C) “serious rival”.
- (D) “a breakthrough technology”.

3. CESPE / CEBRASPE - 2024

Based on the ideas conveyed in text CB1A7, choose the correct option.

- (A) Most of the big tech companies that have been investing in AI are based in the Silicon Valley.
- (B) There are more generative artificial intelligence companies hiring in New York than in San Francisco.
- (C) An organization of experts has affirmed that almost ten percent of all job postings related to generative AI in the US happened in San Francisco.
- (D) The advent of generative artificial intelligence caused American stocks to sink.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.¹

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”.

1.....
[NALINI, José Renato. Conceito de Ética. Disponível em: www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc]

[ADOLFO SÁNCHEZ V ÁZQUEZ, Ética, p. 12. Para o autor, Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.]

[Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (Filosofia do direito, p. 73, ao citar o Vocabulaire de la philosophie, de LALANDE).]

[EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa, p. 12.]

Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornecer os critérios para eleição da melhor conduta.

Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

Em resumo:

- **Ética - mais ampla - filosofia moral - reflexão;**
- **Moral - parte da Ética - realização efetiva e cotidiana dos valores - ação.**

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretivas morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale²: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não

2.....
[REALE, Miguel. Filosofia do direito. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva,

anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se compreende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abarcar outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as incorporadas pelo Direito aceitam a coação, que é a sanção aplicada pelo Estado. Sob o aspecto do conteúdo, muitas das regras jurídicas são compostas por postulados morais, isto é, envolvem os mesmos valores e exteriorizam os mesmos princípios.

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude. Por exemplo, na Grécia antiga, berço do pensamento filosófico, embora com variações de abordagem, o conceito de ética aparece sempre ligado ao de virtude.

O descumprimento das diretivas morais gera sanção, e caso ele se encontre transposto para uma norma jurídica, gera coação (espécie de sanção aplicada pelo Estado). Assim, violar uma lei ética não significa excluir a sua validade. Por exemplo, matar alguém não torna a matar uma ação correta, apenas gera a punição daquele que cometeu a violação. Neste sentido, explica Reale³: “No plano das normas éticas, a contradição dos fatos não anula a validade dos preceitos: ao contrário, exatamente porque a normatividade não se compreende sem fins de validade objetiva e estes têm sua fonte na liberdade espiritual, os insucessos e as violações das normas conduzem à responsabilidade e à sanção, ou seja, à concreta afirmação da ordenação normativa”.

Como se percebe, Ética e Moral são conceitos interligados, mas a primeira é mais abrangente que a segunda, porque pode abarcar outros elementos, como o Direito e os costumes. Todas as regras éticas são passíveis de alguma sanção, sendo que as incorporadas pelo Direito aceitam a coação, que é a sanção aplicada pelo Estado. Sob o aspecto do conteúdo, muitas das regras jurídicas são compostas por postulados morais, isto é, envolvem os mesmos valores e exteriorizam os mesmos princípios.

MORAL
Mos (latim, plural mores): costume;
Regulação (normatização), comportamentos considerados como adequados a determinado grupo social;
Prática (pragmática), particular;
Dependência espaço – temporal (relativa); caráter histórico e social.

A ética geral e profissional é um tema fundamental para o campo da administração. É através dela que se estabelecem as normas e princípios que norteiam as ações dos profissionais em suas atividades diárias. A ética pode ser definida como o conjun-

to de valores morais que orientam o comportamento humano, respeitando a dignidade e os direitos das pessoas, e promovendo o bem-estar social.

No contexto da administração, a ética profissional é essencial para garantir a integridade e a credibilidade do profissional. A ética profissional engloba todas as atividades desempenhadas por profissionais que possuem responsabilidade social, como médicos, advogados, engenheiros, contadores, administradores, entre outros. Esses profissionais precisam seguir um código de ética que oriente suas ações no exercício de suas atividades, a fim de promover o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a ética profissional é um conjunto de princípios e regras que visam estabelecer padrões de conduta ética para os profissionais de uma determinada área. Esses padrões são estabelecidos pelas instituições de classe, como os conselhos profissionais, que regulamentam o exercício da profissão e estabelecem as normas éticas que devem ser seguidas pelos profissionais.

Os fundamentos da ética profissional incluem a integridade, a honestidade, a justiça, a transparência, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos. A integridade é a base da ética profissional, e se refere à honestidade e à coerência entre o que se pensa, fala e faz. A honestidade é um valor essencial para a construção da confiança entre as pessoas e para a promoção de relações éticas. A justiça se refere ao respeito às leis e às normas, além de garantir a equidade nas relações entre as pessoas.

A transparência é outro valor fundamental para a ética profissional, pois permite que as pessoas envolvidas em uma determinada atividade tenham acesso a todas as informações relevantes para a tomada de decisões. A responsabilidade se refere à capacidade de responder pelos próprios atos, assumindo as consequências de suas ações. Por fim, o respeito aos direitos humanos é um valor essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas.

Portanto, a ética geral e profissional é um tema de extrema importância para a administração, pois está relacionada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, além de garantir a integridade e a credibilidade dos profissionais. A adoção de práticas éticas na administração é fundamental para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento das organizações e da sociedade como um todo.

Princípios, Valores e Virtudes

Princípios são preceitos, leis ou pressupostos considerados universais que definem as regras pela qual uma sociedade civilizada deve se orientar.

Em qualquer lugar do mundo, princípios são incontestáveis, pois, quando adotados não oferecem resistência alguma. Entende-se que a adoção desses princípios está em consonância com o pensamento da sociedade e vale tanto para a elaboração da constituição de um país quanto para acordos políticos entre as nações ou estatutos de condomínio.

O princípios se aplicam em todas as esferas, pessoa, profissional e social, eis alguns exemplos: amor, felicidade, liberdade, paz e plenitude são exemplos de princípios considerados universais.

2002.]

3 [REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.]

Como cidadãos – pessoas e profissionais -, esses princípios fazem parte da nossa existência e durante uma vida estaremos lutando para torná-los inabaláveis. Temos direito a todos eles, contudo, por razões diversas, eles não surgem de graça. A base dos nossos princípios é construída no seio da família e, em muitos casos, eles se perdem no meio do caminho.

De maneira geral, os princípios regem a nossa existência e são comuns a todos os povos, culturas, eras e religiões, queiramos ou não. Quem age diferente ou em desacordo com os princípios universais acaba sendo punido pela sociedade e sofre todas as consequências.

Valores são normas ou padrões sociais geralmente aceitos ou mantidos por determinado indivíduo, classe ou sociedade, portanto, em geral, dependem basicamente da cultura relacionada com o ambiente onde estamos inseridos. É comum existir certa confusão entre valores e princípios, todavia, os conceitos e as aplicações são diferentes.

Diferente dos princípios, os valores são pessoais, subjetivos e, acima de tudo, contestáveis. O que vale para você não vale necessariamente para os demais colegas de trabalho. Sua aplicação pode ou não ser ética e depende muito do caráter ou da personalidade da pessoa que os adota.

Na prática, é muito mais simples ater-se aos valores do que aos princípios, pois este último exige muito de nós. Os valores completamente equivocados da nossa sociedade – dinheiro, sucesso, luxo e riqueza – estão na ordem do dia, infelizmente. Todos os dias somos convidados a negligenciar os princípios e adotar os valores ditados pela sociedade.

Virtudes, segundo o Aurélio, são disposições constantes do espírito, as quais, por um esforço da vontade, inclinam à prática do bem. Aristóteles afirmava que há duas espécies de virtudes: a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida com o resultado do hábito.

Segundo Aristóteles, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pela força do hábito, portanto, virtudes nada mais são do que hábitos profundamente arraigados que se originam do meio onde somos criados e condicionados através de exemplos e comportamentos semelhantes.

Uma pessoa pode ter valores e não ter princípios. Hitler, por exemplo, conhecia os princípios, mas preferiu ignorá-los e adotar valores como a supremacia da raça ariana, a aniquilação da oposição e a dominação pela força.

No mundo corporativo não é diferente. Embora a convivência seja, por vezes, insuportável, deparamo-nos com profissionais que atropelam os princípios, como se isso fosse algo natural, um meio de sobrevivência, e adotam valores que nada tem a ver com duas grandes necessidades corporativas: a convivência pacífica e o espírito de equipe. Nesse caso, virtude é uma palavra que não faz parte do seu vocabulário e, apesar da falta de escrúpulo, leva tempo para destituí-los do poder.

Valores e virtudes baseados em princípios universais são inegociáveis e, assim como a ética e a lealdade, ou você tem, ou não tem. Entretanto, conceitos como liberdade, felicidade ou riqueza não podem ser definidos com exatidão. Cada pessoa tem recordações, experiências, imagens internas e sentimentos que dão um sentido especial e particular a esses conceitos.

O importante é que você não perca de vista esses conceitos e tenha em mente que a sua contribuição, no universo pessoal e profissional, depende da aplicação mais próxima possível do senso de justiça. E a justiça é uma virtude tão difícil, e tão negligenciada, que a própria justiça sente dificuldades em aplicá-la, portanto, lute pelos princípios que os valores e as virtudes fluirão naturalmente.

ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

— Ética No Setor Público

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer⁴.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)⁵.

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94⁶, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

4 [CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército*, 2018.]

5 [BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público*. Editora Jus Podivm, 2014.]

6 [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.]

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992⁷, é dividida em três seções:

I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito⁸;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos⁸.

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021⁹, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

A principal alteração trazida pela novel legislação é a extinção da modalidade culposa de improbidade. Com efeito, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem “a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos 9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente”. (Art. 1º, § 2º).

Destaque também para a atribuição de competência exclusiva do Ministério Público para propor ações, com exigência de que a inicial da ação de improbidade já contenha as provas ou indícios da prática do ato de improbidade, sob pena de litigância de má-fé (Art. 17, caput e § 6º, I e II).

Outro ponto relevante diz respeito à dosimetria das penas: a Lei nº 14.230/2021 acaba com a pena mínima de suspensão dos direitos políticos (de 8 anos), e aumenta a pena máxima, que passa a ser de 14 anos; estabelece ainda pena maior para o enriquecimento ilícito (Art. 12, I, II).

Como principais alvos de críticas, pode-se registrar a introdução da prescrição intercorrente (Art. 23, § 8º), a conversão da lista dos atos de improbidade de exemplificativa em taxativa no texto da lei (Art. 11, caput) e finalmente, a limitação de prazos para ressarcimento aos cofres públicos, restrição ausente no projeto original, que previa a imprescritibilidade de ressarcimento do dano ao patrimônio público.

DECRETO Nº 1.171/1994 E SUAS ALTERAÇÕES (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL)

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994

Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e ainda tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição, bem como nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 10, 11 e 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Parágrafo único. A constituição da Comissão de Ética será comunicada à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 1994, 173º da Independência e 106º da República.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

CAPÍTULO I

**SEÇÃO I
DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS**

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

7 [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.]

8 [Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).]

9 [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.]

NOVAS TECNOLOGIAS GERENCIAIS: GESTÃO DA QUALIDADE, IMPACTOS SOBRE A CONFIGURAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SOBRE OS PROCESSOS DE GESTÃO

— Implementação de Normas ISO 9000 na Administração Pública

Conceito e Objetivos da ISO 9000

A ISO 9000 é um conjunto de normas internacionais que estabelece diretrizes para a gestão da qualidade em organizações de diferentes setores, incluindo o setor público. Seu objetivo principal é garantir que os processos organizacionais sejam estruturados, eficientes e voltados para a melhoria contínua.

Na administração pública, a adoção da ISO 9000 busca assegurar que os serviços prestados aos cidadãos sejam padronizados, previsíveis e de alta qualidade, aumentando a transparência e a eficiência da gestão.

Os principais benefícios da implementação das normas ISO 9000 incluem:

- **Padronização dos Processos:** Definição clara das etapas e procedimentos para a execução das atividades administrativas.
- **Melhoria da Eficiência Operacional:** Redução de desperdícios e otimização dos recursos públicos.
- **Foco na Satisfação do Cidadão:** Implementação de mecanismos que assegurem a qualidade dos serviços públicos.
- **Cultura de Melhoria Contínua:** Criação de um ambiente organizacional que favoreça a inovação e a busca constante por melhores práticas.

Etapas para Implementação da ISO 9000

Para que a administração pública possa implementar com sucesso a ISO 9000, é necessário seguir um conjunto de etapas estruturadas. O processo de certificação pode ser desafiador, mas seus benefícios justificam o investimento. As principais fases da implementação incluem:

Diagnóstico Organizacional:

- Mapeamento dos processos existentes e identificação de falhas ou oportunidades de melhoria.
- Levantamento dos recursos disponíveis e das necessidades para adequação à norma.

Planejamento da Implementação:

- Definição de uma equipe responsável pela gestão da qualidade.
- Estabelecimento de um plano de ação com prazos e metas claras.

- Capacitação dos servidores sobre os princípios e requisitos da ISO 9000.

Documentação dos Processos:

- Formalização de manuais, procedimentos operacionais padrão (POP) e instruções de trabalho.
- Criação de indicadores de desempenho para monitoramento contínuo da qualidade dos serviços.

Execução e Monitoramento:

- Aplicação das diretrizes estabelecidas nos processos diários.
- Realização de auditorias internas para verificar o cumprimento dos padrões.
- Implementação de ações corretivas para ajustes necessários.

Certificação e Melhoria Contínua:

- Solicitação da auditoria externa para obtenção da certificação ISO 9000.
- Monitoramento contínuo para garantir a manutenção dos padrões estabelecidos.
- Revisão periódica dos processos para identificação de novas oportunidades de melhoria.

Desafios e Soluções na Implementação

A administração pública enfrenta desafios específicos na adoção da ISO 9000, como a resistência à mudança, a burocracia excessiva e a limitação de recursos. Algumas estratégias para superar esses desafios incluem:

- **Gestão da Mudança:** Sensibilização dos servidores sobre os benefícios da certificação para aumentar o engajamento.
- **Automação de Processos:** Utilização de tecnologias para reduzir a burocracia e facilitar a padronização.
- **Capacitação Contínua:** Investimento em treinamentos para garantir que todos compreendam e apliquem os conceitos da ISO 9000.
- **Apoio da Alta Administração:** Comprometimento dos gestores para impulsionar a implementação e assegurar recursos necessários.

Impactos da ISO 9000 na Administração Pública:

- A adoção da ISO 9000 pode trazer impactos positivos significativos para as organizações públicas, tais como:
 - **Maior Transparência e Controle:** Processos mais bem definidos reduzem a subjetividade e aumentam a confiabilidade das decisões administrativas.
 - **Redução de Custos:** A eliminação de retrabalho e desperdícios gera economia de recursos públicos.
 - **Aprimoramento dos Serviços Prestados:** O foco na qualidade resulta em maior satisfação dos cidadãos.

– **Reconhecimento e Credibilidade:** A certificação ISO 9000 demonstra compromisso com a excelência na gestão pública.

Dessa forma, a implementação da ISO 9000 na administração pública representa um passo fundamental para modernizar a gestão, tornar os serviços mais eficientes e atender melhor às necessidades da população.

– **Aplicação do ITIL na Gestão de Serviços Públicos**

O ITIL (Information Technology Infrastructure Library) é um conjunto de boas práticas para a gestão de serviços de Tecnologia da Informação (TI), amplamente utilizado no setor privado e cada vez mais aplicado na administração pública. O principal objetivo do ITIL é alinhar os serviços de TI às necessidades estratégicas das organizações, garantindo qualidade, eficiência e confiabilidade.

Na administração pública, onde a digitalização dos serviços é uma realidade crescente, a adoção do ITIL permite melhorar a entrega de serviços aos cidadãos, reduzir falhas operacionais e otimizar recursos tecnológicos. Isso impacta diretamente a eficiência da gestão pública, aumentando a transparência e a satisfação dos usuários.

Os benefícios da implementação do ITIL no setor público incluem:

– **Melhoria na Qualidade dos Serviços:** Redução do tempo de indisponibilidade dos sistemas e aprimoramento na resolução de problemas.

– **Maior Eficiência Operacional:** Processos bem definidos evitam desperdícios e garantem melhor uso dos recursos tecnológicos.

– **Aumento da Transparência e Controle:** Monitoramento contínuo dos serviços e métricas de desempenho bem estruturadas.

– **Foco na Experiência do Usuário:** Cidadãos passam a receber serviços digitais mais confiáveis e ágeis.

Principais Processos do ITIL Aplicados ao Setor Público

O ITIL é composto por diversas práticas organizadas em cinco estágios principais: Estratégia, Desenho, Transição, Operação e Melhoria Contínua de Serviços. No contexto da administração pública, algumas das práticas mais relevantes incluem:

Gestão de Incidentes:

– Trata da rápida identificação e resolução de falhas nos sistemas públicos, reduzindo impactos para os cidadãos.

– Exemplo: Caso um portal de serviços digitais fique fora do ar, um sistema eficiente de gestão de incidentes permite restaurá-lo rapidamente.

Gestão de Problemas:

– Foca na análise de causas raiz dos incidentes para evitar recorrências.

– Exemplo: Se um sistema de emissão de documentos apresenta falhas frequentes, a gestão de problemas busca entender e corrigir a origem do erro.

Gestão de Mudanças:

– Controla modificações em sistemas e infraestruturas para minimizar riscos.

– Exemplo: Antes de implementar uma nova funcionalidade no sistema de impostos municipais, a gestão de mudanças avalia impactos e planeja a transição sem afetar os contribuintes.

Gestão de Níveis de Serviço:

– Define padrões de qualidade e desempenho dos serviços oferecidos.

– Exemplo: Um órgão público estabelece que o tempo máximo para resolver chamados técnicos seja de 24 horas, garantindo previsibilidade para os usuários.

Gestão de Ativos e Configuração:

– Mantém um inventário atualizado dos recursos de TI, evitando desperdícios e otimizando investimentos.

– Exemplo: Uma prefeitura pode rastrear a utilização de computadores, servidores e softwares para planejar substituições e evitar gastos desnecessários.

Etapas para Implementação do ITIL na Administração Pública

A implementação do ITIL na gestão pública exige planejamento e envolvimento de diversos setores. As etapas principais incluem:

Análise do Cenário Atual:

– Diagnóstico dos serviços de TI existentes e identificação de pontos críticos.

– Avaliação da maturidade dos processos e definição das necessidades específicas do órgão público.

Definição de Estratégia e Planejamento:

– Estabelecimento de metas para melhoria dos serviços.

– Escolha dos processos ITIL mais adequados à realidade da organização.

Capacitação e Sensibilização:

– Treinamento de servidores e equipes técnicas sobre as práticas do ITIL.

– Disseminação da cultura de qualidade e eficiência nos serviços de TI.

Implementação e Monitoramento:

– Adoção das práticas do ITIL de forma gradual, com acompanhamento de indicadores de desempenho.

– Ajustes contínuos para garantir a aderência às boas práticas.

Melhoria Contínua:

– Revisão periódica dos processos para otimização contínua.

– Uso de feedback dos usuários para aprimorar os serviços digitais.

Impactos da Aplicação do ITIL na Gestão Pública

A adoção do ITIL no setor público promove diversas melhorias estruturais e operacionais, impactando positivamente a prestação de serviços aos cidadãos. Os principais impactos incluem:

– **Redução de Tempo de Resolução de Problemas:** Sistemas mais estáveis e eficientes minimizam interrupções em serviços essenciais.

– **Maior Controle sobre Recursos Tecnológicos:** O planejamento adequado evita desperdícios e melhora a alocação de investimentos em TI.

– **Aprimoramento da Segurança da Informação:** Processos bem definidos reduzem vulnerabilidades e garantem maior proteção aos dados públicos.

– **Melhoria na Experiência do Cidadão:** Serviços digitais mais estáveis, rápidos e acessíveis aumentam a confiança da população na administração pública.

Dessa forma, a aplicação do ITIL na gestão de serviços públicos representa um avanço significativo na modernização da administração pública, tornando-a mais eficiente, transparente e orientada às necessidades dos cidadãos.

— Implementação do Seis Sigma para Melhoria de Processos

O Seis Sigma é uma metodologia de gestão da qualidade baseada na análise estatística e na redução da variabilidade dos processos. Criada inicialmente no setor privado, a abordagem tem sido cada vez mais aplicada na administração pública para aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados.

O objetivo do Seis Sigma é minimizar erros e desperdícios, garantindo que os processos sejam otimizados para atender às necessidades dos cidadãos com qualidade e confiabilidade. A metodologia utiliza métricas como o Desvio Padrão (Sigma) e a análise de dados para aprimorar a tomada de decisões e reduzir falhas operacionais.

Os benefícios da implementação do Seis Sigma no setor público incluem:

– **Redução de desperdícios e retrabalho:** Diminuição de custos operacionais e uso eficiente dos recursos públicos.

– **Melhoria na qualidade dos serviços:** Processos mais previsíveis e confiáveis aumentam a satisfação dos cidadãos.

– **Tomada de decisão baseada em dados:** Análises estatísticas garantem maior precisão e embasamento técnico nas decisões.

– **Maior eficiência operacional:** Agilidade na execução das atividades e eliminação de gargalos administrativos.

Metodologia DMAIC: Etapas para Implementação do Seis Sigma

A implementação do Seis Sigma no setor público segue a metodologia DMAIC, um ciclo estruturado de cinco fases: Definir, Medir, Analisar, Melhorar e Controlar. Essa abordagem garante uma melhoria contínua e sustentável dos processos administrativos.

Definir (Define):

– Identificação do problema ou processo que precisa ser melhorado.

– Estabelecimento de metas e indicadores de desempenho.

– Definição da equipe responsável pela execução do projeto.

– Exemplo no setor público: Reduzir o tempo de espera para emissão de documentos em uma secretaria municipal.

Medir (Measure):

– Coleta de dados sobre o desempenho atual do processo.

– Identificação dos principais gargalos e fontes de ineficiência.

– Estabelecimento de uma linha de base para comparar melhorias futuras.

– Exemplo no setor público: Medir o tempo médio de resposta dos órgãos públicos às solicitações dos cidadãos.

Analisar (Analyze):

– Identificação das causas-raiz dos problemas observados.

– Uso de ferramentas estatísticas, como gráficos de Pareto e diagramas de causa e efeito.

– Exemplo no setor público: Descobrir que atrasos na emissão de documentos ocorrem por falta de integração entre sistemas de diferentes departamentos.

Melhorar (Improve):

– Desenvolvimento e implementação de soluções para eliminar os problemas identificados.

– Testes e ajustes nas mudanças antes da implementação total.

– Exemplo no setor público: Automatizar o fluxo de trabalho para reduzir etapas desnecessárias no atendimento ao cidadão.

Controlar (Control):

– Monitoramento contínuo dos processos para garantir que as melhorias sejam sustentáveis.

– Definição de métricas para acompanhar a evolução dos indicadores de desempenho.

– Exemplo no setor público: Criar painéis de controle para acompanhar a eficiência dos serviços digitais prestados pelo governo.

Aplicação do Seis Sigma na Administração Pública

A aplicação do Seis Sigma pode ser adaptada a diferentes áreas da gestão pública, trazendo melhorias significativas para os serviços oferecidos. Algumas áreas em que a metodologia tem sido utilizada incluem:

Atendimento ao Cidadão:

– Redução do tempo de espera para serviços públicos.

– Melhoria na qualidade do atendimento por meio da padronização de processos.

– Exemplo: Redução de filas em unidades de atendimento, como Poupatempo e Detran.

Gestão de Processos Administrativos:

– Otimização dos fluxos de trabalho internos para aumentar a produtividade.

– Digitalização de documentos para reduzir burocracia e agilizar a tramitação de processos.

– Exemplo: Implementação de processos eletrônicos para licitações e compras governamentais.

Controle de Custos e Recursos Públicos:

– Redução do desperdício de materiais e otimização do uso de insumos.

– Monitoramento de contratos e gastos públicos para garantir maior transparência.

– Exemplo: Implementação de um sistema de controle de estoques em hospitais públicos para evitar desperdícios de medicamentos.

Desafios e Estratégias para Superar Barreiras

A implementação do Seis Sigma no setor público pode enfrentar desafios como resistência à mudança, falta de cultura orientada a dados e dificuldades na coleta de informações. Para superar esses obstáculos, algumas estratégias podem ser adotadas:

– **Capacitação dos Servidores:** Treinamentos sobre análise de dados e gestão da qualidade para fortalecer a cultura do Seis Sigma.

– **Automação de Processos:** Uso de tecnologias para facilitar a coleta e análise de informações.

– **Apoio da Alta Gestão:** Envolvimento dos líderes da administração pública para impulsionar a implementação das melhorias.

– **Monitoramento Contínuo:** Definição de indicadores de desempenho para avaliar a eficácia das mudanças implementadas.

Impactos do Seis Sigma na Administração Pública

A adoção do Seis Sigma gera impactos positivos significativos para o setor público, resultando em maior eficiência e qualidade dos serviços prestados. Entre os principais resultados observados, destacam-se:

– **Maior satisfação do cidadão:** Processos mais ágeis e previsíveis melhoram a experiência dos usuários.

– **Redução de custos operacionais:** O uso eficiente dos recursos reduz desperdícios e otimiza investimentos.

– **Tomada de decisão baseada em dados:** As análises quantitativas garantem maior precisão nas políticas públicas.

– **Cultura de melhoria contínua:** A administração pública passa a adotar um modelo de gestão focado na excelência.

Dessa forma, a implementação do Seis Sigma na gestão pública representa um avanço importante na modernização da administração, promovendo serviços mais eficientes, transparentes e alinhados às necessidades da sociedade.

Impactos na Configuração e nos Processos de Gestão das Organizações Públicas

A adoção de novas tecnologias gerenciais, como ISO 9000, ITIL e Seis Sigma, tem provocado mudanças significativas na configuração das organizações públicas e na forma como os processos de gestão são estruturados e executados. A modernização dos métodos administrativos e a incorporação de ferramentas de qualidade e eficiência resultam em organizações mais ágeis, transparentes e orientadas para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Os impactos dessas mudanças podem ser observados em diversos aspectos, incluindo a estrutura organizacional, a cultura de gestão, a digitalização de processos e a forma como as decisões são tomadas.

Transformações na Estrutura Organizacional

A implementação de metodologias de gestão da qualidade exige que as organizações públicas revisem sua estrutura administrativa para melhor atender às novas demandas. Algumas das mudanças mais comuns incluem:

– **Descentralização da Tomada de Decisão:** Métodos como o Seis Sigma incentivam uma gestão baseada em dados, permitindo que decisões sejam tomadas em diferentes níveis hierárquicos, reduzindo a burocracia e aumentando a eficiência operacional.

– **Criação de Núcleos de Qualidade e Inovação:** Com a adoção de normas como a ISO 9000, muitas instituições públicas passam a estruturar setores voltados exclusivamente para a melhoria contínua dos processos.

– **Maior Integração entre Departamentos:** O uso do ITIL e de metodologias de gestão da qualidade facilita a comunicação e a padronização dos processos entre diferentes setores, reduzindo redundâncias e retrabalho.

– **Adoção de Modelos de Gestão Baseados em Processos:** Em vez de uma estrutura rígida baseada em departamentos isolados, a administração pública passa a adotar uma visão orientada para processos, melhorando o fluxo de atividades e a eficiência dos serviços.

Essas mudanças estruturais resultam em organizações mais ágeis e preparadas para atender às necessidades dos cidadãos de forma eficaz.

Impactos nos Processos de Gestão

A incorporação de novas tecnologias gerenciais também altera significativamente a maneira como os processos administrativos são conduzidos no setor público. Alguns dos principais impactos incluem:

– **Padronização e Documentação de Processos:** A implementação de normas como a ISO 9000 exige que os processos sejam documentados e seguidos de maneira padronizada, garantindo maior previsibilidade e controle sobre as operações.

– **Aprimoramento da Gestão de Recursos:** O uso do Seis Sigma e de ferramentas estatísticas permite identificar desperdícios e otimizar o uso de recursos financeiros, humanos e tecnológicos.

– **Automação e Digitalização:** A modernização dos processos envolve o uso de sistemas informatizados para eliminar tarefas manuais, agilizando a execução e reduzindo erros. Exemplos incluem a digitalização de documentos, a implementação de sistemas de gestão eletrônica e o uso de inteligência artificial para análise de dados.

– **Maior Controle e Monitoramento:** Metodologias como o ITIL incentivam o uso de indicadores de desempenho para acompanhar a eficiência dos serviços públicos, permitindo ajustes rápidos sempre que necessário.

Essas transformações resultam em processos administrativos mais eficazes, reduzindo a burocracia e garantindo maior qualidade nos serviços prestados à população.

Mudanças na Cultura Organizacional

A adoção de metodologias de gestão da qualidade também influencia a cultura organizacional das instituições públicas, promovendo uma mudança de mentalidade entre os servidores e gestores. Entre os principais impactos, destacam-se:

– **Foco na Melhoria Contínua:** Com a adoção de modelos como o Seis Sigma, a administração pública passa a enxergar a qualidade como um processo contínuo, em vez de ações isoladas de correção de falhas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO. PROTEÇÃO CONTRA VÍRUS E OUTRAS FORMAS DE SOFTWARES OU AÇÕES INTRUSIVAS

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Segurança da informação é o conjunto de ações para proteção de um grupo de dados, protegendo o valor que ele possui, seja para um indivíduo específico no âmbito pessoal, seja para uma organização¹.

É essencial para a proteção do conjunto de dados de uma corporação, sendo também fundamentais para as atividades do negócio.

Quando bem aplicada, é capaz de blindar a empresa de ataques digitais, desastres tecnológicos ou falhas humanas. Porém, qualquer tipo de falha, por menor que seja, abre brecha para problemas.

A segurança da informação se baseia nos seguintes pilares²:

- **Confidencialidade:** o conteúdo protegido deve estar disponível somente a pessoas autorizadas.
- **Disponibilidade:** é preciso garantir que os dados estejam acessíveis para uso por tais pessoas quando for necessário, ou seja, de modo permanente a elas.
- **Integridade:** a informação protegida deve ser íntegra, ou seja, sem sofrer qualquer alteração indevida, não importa por quem e nem em qual etapa, se no processamento ou no envio.
- **Autenticidade:** a ideia aqui é assegurar que a origem e autoria do conteúdo seja mesmo a anunciada.

Existem outros termos importantes com os quais um profissional da área trabalha no dia a dia.

Podemos citar a legalidade, que diz respeito à adequação do conteúdo protegido à legislação vigente; a privacidade, que se refere ao controle sobre quem acessa as informações; e a auditoria, que permite examinar o histórico de um evento de segurança da informação, rastreando as suas etapas e os responsáveis por cada uma delas.

Alguns conceitos relacionados à aplicação dos pilares

- **Vulnerabilidade:** pontos fracos existentes no conteúdo protegido, com potencial de prejudicar alguns dos pilares de segurança da informação, ainda que sem intenção
- **Ameaça:** elemento externo que pode se aproveitar da vulnerabilidade existente para atacar a informação sensível ao negócio.
- **Probabilidade:** se refere à chance de uma vulnerabilidade ser explorada por uma ameaça.

– **Impacto:** diz respeito às consequências esperadas caso o conteúdo protegido seja exposto de forma não autorizada.

– **Risco:** estabelece a relação entre probabilidade e impacto, ajudando a determinar onde concentrar investimentos em segurança da informação.

Tipos de ataques

Cada tipo de ataque tem um objetivo específico, que são eles³:

– **Passivo:** envolve ouvir as trocas de comunicações ou gravar de forma passiva as atividades do computador. Por si só, o ataque passivo não é prejudicial, mas a informação coletada durante a sessão pode ser extremamente prejudicial quando utilizada (adulteração, fraude, reprodução, bloqueio).

– **Ativos:** neste momento, faz-se a utilização dos dados coletados no ataque passivo para, por exemplo, derrubar um sistema, infectar o sistema com malwares, realizar novos ataques a partir da máquina-alvo ou até mesmo destruir o equipamento (Ex.: interceptação, monitoramento, análise de pacotes).

Política de Segurança da Informação

Este documento irá auxiliar no gerenciamento da segurança da organização através de regras de alto nível que representam os princípios básicos que a entidade resolveu adotar de acordo com a visão estratégica da mesma, assim como normas (no nível tático) e procedimentos (nível operacional). Seu objetivo será manter a segurança da informação. Todos os detalhes definidos nelas serão para informar sobre o que pode e o que é proibido, incluindo:

– **Política de senhas:** define as regras sobre o uso de senhas nos recursos computacionais, como tamanho mínimo e máximo, regra de formação e periodicidade de troca.

– **Política de backup:** define as regras sobre a realização de cópias de segurança, como tipo de mídia utilizada, período de retenção e frequência de execução.

– **Política de privacidade:** define como são tratadas as informações pessoais, sejam elas de clientes, usuários ou funcionários.

– **Política de confidencialidade:** define como são tratadas as informações institucionais, ou seja, se elas podem ser repassadas a terceiros.

Mecanismos de segurança

Um mecanismo de segurança da informação é uma ação, técnica, método ou ferramenta estabelecida com o objetivo de preservar o conteúdo sigiloso e crítico para uma empresa.

1 <https://ecoit.com.br/seguranca-da-informacao/>
2 <https://bit.ly/2E5beRr>

3 <https://www.diegomacedo.com.br/modelos-e-mecanismos-de-seguranca-da-informacao/>

Ele pode ser aplicado de duas formas:

- **Controle físico:** é a tradicional fechadura, tranca, porta e qualquer outro meio que impeça o contato ou acesso direto à informação ou infraestrutura que dá suporte a ela
- **Controle lógico:** nesse caso, estamos falando de barreiras eletrônicas, nos mais variados formatos existentes, desde um antivírus, firewall ou filtro anti-spam, o que é de grande valia para evitar infecções por e-mail ou ao navegar na internet, passa por métodos de encriptação, que transformam as informações em códigos que terceiros sem autorização não conseguem decifrar e, há ainda, a certificação e assinatura digital, sobre as quais falamos rapidamente no exemplo antes apresentado da emissão da nota fiscal eletrônica.

Todos são tipos de mecanismos de segurança, escolhidos por profissional habilitado conforme o plano de segurança da informação da empresa e de acordo com a natureza do conteúdo sigiloso.

Criptografia

É uma maneira de codificar uma informação para que somente o emissor e receptor da informação possa decifrá-la através de uma chave que é usada tanto para criptografar e descriptografar a informação⁴.

Tem duas maneiras de criptografar informações:

- **Criptografia simétrica (chave secreta):** utiliza-se uma chave secreta, que pode ser um número, uma palavra ou apenas uma sequência de letras aleatórias, é aplicada ao texto de uma mensagem para alterar o conteúdo de uma determinada maneira. Tanto o emissor quanto o receptor da mensagem devem saber qual é a chave secreta para poder ler a mensagem.
- **Criptografia assimétrica (chave pública):** tem duas chaves relacionadas. Uma chave pública é disponibilizada para qualquer pessoa que queira enviar uma mensagem. Uma segunda chave privada é mantida em segredo, para que somente você saiba. Qualquer mensagem que foi usada a chave pública só poderá ser descriptografada pela chave privada. Se a mensagem foi criptografada com a chave privada, ela só poderá ser descriptografada pela chave pública correspondente. A criptografia assimétrica é mais lenta o processamento para criptografar e descriptografar o conteúdo da mensagem.

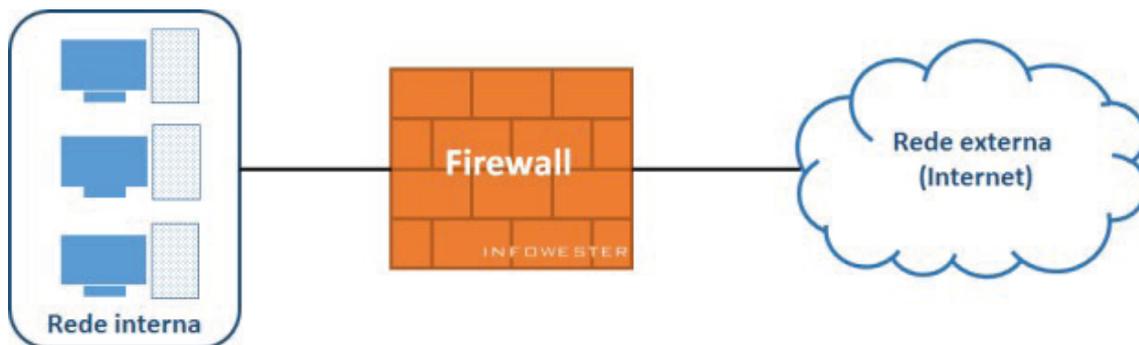
Um exemplo de criptografia assimétrica é a assinatura digital.

- **Assinatura Digital:** é muito usado com chaves públicas e permitem ao destinatário verificar a autenticidade e a integridade da informação recebida. Além disso, uma assinatura digital não permite o repúdio, isto é, o emitente não pode alegar que não realizou a ação. A chave é integrada ao documento, com isso se houver alguma alteração de informação invalida o documento.

- **Sistemas biométricos:** utilizam características físicas da pessoa como os olhos, retina, dedos, digitais, palma da mão ou voz.

Firewall

Firewall ou “parede de fogo” é uma solução de segurança baseada em hardware ou software (mais comum) que, a partir de um conjunto de regras ou instruções, analisa o tráfego de rede para determinar quais operações de transmissão ou recepção de dados podem ser executadas. O firewall se enquadra em uma espécie de barreira de defesa. A sua missão, por assim dizer, consiste basicamente em bloquear tráfego de dados indesejado e liberar acessos bem-vindos.



Representação de um firewall.⁵

Formas de segurança e proteção

– Controles de acesso através de senhas para quem acessa, com autenticação, ou seja, é a comprovação de que uma pessoa que está acessando o sistema é quem ela diz ser⁶.

– Se for empresa e os dados a serem protegidos são extremamente importantes, pode-se colocar uma identificação biométrica como os olhos ou digital.

– Evitar colocar senhas com dados conhecidos como data de nascimento ou placa do seu carro.

⁴ <https://centraldefavoritos.com.br/2016/11/19/conceitos-de-protecao-e-seguranca-da-informacao-parte-2/>

⁵ Fonte: <https://helpdigitalti.com.br/o-que-e-firewall-conceito-tipos-e-arquiteturas/#:~:text=Firewall%20%C3%A9%20uma%20solu%C3%A7%C3%A3o%20de,de%20dados%20podem%20ser%20executadas.>

⁶ <https://centraldefavoritos.com.br/2016/11/19/conceitos-de-protecao-e-seguranca-da-informacao-parte-3/>

- As senhas ideais devem conter letras minúsculas e maiúsculas, números e caracteres especiais como @ # \$ % & *.
- Instalação de antivírus com atualizações constantes.
- Todos os softwares do computador devem sempre estar atualizados, principalmente os softwares de segurança e sistema operacional. No Windows, a opção recomendada é instalar atualizações automaticamente.
- Entre as opções disponíveis de configuração qual opção é a recomendada.
- Sempre estar com o firewall ativo.
- Anti-spam instalados.
- Manter um backup para caso de pane ou ataque.
- Evite sites duvidosos.
- Não abrir e-mails de desconhecidos e principalmente se tiver anexos (link).
- Evite ofertas tentadoras por e-mail ou em publicidades.
- Tenha cuidado quando solicitado dados pessoais. Caso seja necessário, fornecer somente em sites seguros.
- Cuidado com informações em redes sociais.
- Instalar um anti-spyware.
- Para se manter bem protegido, além dos procedimentos anteriores, deve-se ter um antivírus instalado e sempre atualizado.

CÓDIGOS MALICIOSOS (MALWARE)

Códigos maliciosos (malware) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador⁷. Algumas das diversas formas como os códigos maliciosos podem infectar ou comprometer um computador são:

- Pela exploração de vulnerabilidades existentes nos programas instalados;
- Pela autoexecução de mídias removíveis infectadas, como pen-drives;
- Pelo acesso a páginas Web maliciosas, utilizando navegadores vulneráveis;
- Pela ação direta de atacantes que, após invadirem o computador, incluem arquivos contendo códigos maliciosos;
- Pela execução de arquivos previamente infectados, obtidos em anexos de mensagens eletrônicas, via mídias removíveis, em páginas Web ou diretamente de outros computadores (através do compartilhamento de recursos).

Uma vez instalados, os códigos maliciosos passam a ter acesso aos dados armazenados no computador e podem executar ações em nome dos usuários, de acordo com as permissões de cada usuário.

Os principais motivos que levam um atacante a desenvolver e a propagar códigos maliciosos são a obtenção de vantagens financeiras, a coleta de informações confidenciais, o desejo de autopromoção e o vandalismo. Além disto, os códigos maliciosos são muitas vezes usados como intermediários e possibilitam a prática de golpes, a realização de ataques e a disseminação de spam (mais detalhes nos Capítulos Golpes na Internet, Ataques na Internet e Spam, respectivamente).

A seguir, serão apresentados os principais tipos de códigos maliciosos existentes.

Vírus

Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

Para que possa se tornar ativo e dar continuidade ao processo de infecção, o vírus depende da execução do programa ou arquivo hospedeiro, ou seja, para que o seu computador seja infectado é preciso que um programa já infectado seja executado.

O principal meio de propagação de vírus costumava ser os disquetes. Com o tempo, porém, estas mídias caíram em desuso e começaram a surgir novas maneiras, como o envio de e-mail. Atualmente, as mídias removíveis tornaram-se novamente o principal meio de propagação, não mais por disquetes, mas, principalmente, pelo uso de pen-drives.

Há diferentes tipos de vírus. Alguns procuram permanecer ocultos, infectando arquivos do disco e executando uma série de atividades sem o conhecimento do usuário. Há outros que permanecem inativos durante certos períodos, entrando em atividade apenas em datas específicas. Alguns dos tipos de vírus mais comuns são:

- Vírus propagado por e-mail: recebido como um arquivo anexo a um e-mail cujo conteúdo tenta induzir o usuário a clicar sobre este arquivo, fazendo com que seja executado.

- Vírus de script: escrito em linguagem de script, como VBScript e JavaScript, e recebido ao acessar uma página Web ou por e-mail, como um arquivo anexo ou como parte do próprio e-mail escrito em formato HTML.

- Vírus de macro: tipo específico de vírus de script, escrito em linguagem de macro, que tenta infectar arquivos manipulados por aplicativos que utilizam esta linguagem como, por exemplo, os que compõem o Microsoft Office (Excel, Word e PowerPoint, entre outros).

- Vírus de telefone celular: vírus que se propaga de celular para celular por meio da tecnologia bluetooth ou de mensagens MMS (Multimedia Message Service). A infecção ocorre quando um usuário permite o recebimento de um arquivo infectado e o executa.

Worm

Worm é um programa capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.

Diferente do vírus, o worm não se propaga por meio da inclusão de cópias de si mesmo em outros programas ou arquivos, mas sim pela execução direta de suas cópias ou pela exploração automática de vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores.

Worms são notadamente responsáveis por consumir muitos recursos, devido à grande quantidade de cópias de si mesmo que costumam propagar e, como consequência, podem afetar o desempenho de redes e a utilização de computadores.

Bot e botnet

Bot é um programa que dispõe de mecanismos de comunicação com o invasor que permitem que ele seja controlado remotamente. Possui processo de infecção e propagação similar ao do worm, ou seja, é capaz de se propagar automaticamente, explorando vulnerabilidades existentes em programas instalados em computadores.

⁷ <https://cartilha.cert.br/malware/>

A comunicação entre o invasor e o computador infectado pelo bot pode ocorrer via canais de IRC, servidores Web e redes do tipo P2P, entre outros meios. Ao se comunicar, o invasor pode enviar instruções para que ações maliciosas sejam executadas, como desferir ataques, furtar dados do computador infectado e enviar spam.

Um computador infectado por um bot costuma ser chamado de zumbi (zombie computer), pois pode ser controlado remotamente, sem o conhecimento do seu dono. Também pode ser chamado de spam zombie quando o bot instalado o transforma em um servidor de e-mails e o utiliza para o envio de spam.

Botnet é uma rede formada por centenas ou milhares de computadores zumbis e que permite potencializar as ações danosas executadas pelos bots.

Quanto mais zumbis participarem da botnet mais potente ela será. O atacante que a controlar, além de usá-la para seus próprios ataques, também pode alugá-la para outras pessoas ou grupos que desejem que uma ação maliciosa específica seja executada.

Algumas das ações maliciosas que costumam ser executadas por intermédio de botnets são: ataques de negação de serviço, propagação de códigos maliciosos (inclusive do próprio bot), coleta de informações de um grande número de computadores, envio de spam e camuflagem da identidade do atacante (com o uso de proxies instalados nos zumbis).

Spyware

Spyware é um programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros.

Pode ser usado tanto de forma legítima quanto maliciosa, dependendo de como é instalado, das ações realizadas, do tipo de informação monitorada e do uso que é feito por quem recebe as informações coletadas. Pode ser considerado de uso:

- **Legítimo:** quando instalado em um computador pessoal, pelo próprio dono ou com consentimento deste, com o objetivo de verificar se outras pessoas o estão utilizando de modo abusivo ou não autorizado.

- **Malicioso:** quando executa ações que podem comprometer a privacidade do usuário e a segurança do computador, como monitorar e capturar informações referentes à navegação do usuário ou inseridas em outros programas (por exemplo, conta de usuário e senha).

Alguns tipos específicos de programas spyware são:

- **Keylogger:** capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado do computador.

- **Screenlogger:** similar ao keylogger, capaz de armazenar a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, nos momentos em que o mouse é clicado, ou a região que circunda a posição onde o mouse é clicado.

- **Adware:** projetado especificamente para apresentar propagandas.

Backdoor

Backdoor é um programa que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.

Pode ser incluído pela ação de outros códigos maliciosos, que tenham previamente infectado o computador, ou por atacantes, que explorem vulnerabilidades existentes nos programas instalados no computador para invadi-lo.

Após incluído, o backdoor é usado para assegurar o acesso futuro ao computador comprometido, permitindo que ele seja acessado remotamente, sem que haja necessidade de recorrer novamente aos métodos utilizados na realização da invasão ou infecção e, na maioria dos casos, sem que seja notado.

Cavalo de troia (Trojan)

Cavalo de troia, trojan ou trojan-horse, é um programa que, além de executar as funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções, normalmente maliciosas, e sem o conhecimento do usuário.

Exemplos de trojans são programas que você recebe ou obtém de sites na Internet e que parecem ser apenas cartões virtuais animados, álbuns de fotos, jogos e protetores de tela, entre outros. Estes programas, geralmente, consistem de um único arquivo e necessitam ser explicitamente executados para que sejam instalados no computador.

Trojans também podem ser instalados por atacantes que, após invadirem um computador, alteram programas já existentes para que, além de continuarem a desempenhar as funções originais, também executem ações maliciosas.

Rootkit

Rootkit é um conjunto de programas e técnicas que permite esconder e assegurar a presença de um invasor ou de outro código malicioso em um computador comprometido.

Rootkits inicialmente eram usados por atacantes que, após invadirem um computador, os instalavam para manter o acesso privilegiado, sem precisar recorrer novamente aos métodos utilizados na invasão, e para esconder suas atividades do responsável e/ou dos usuários do computador. Apesar de ainda serem bastante usados por atacantes, os rootkits atualmente têm sido também utilizados e incorporados por outros códigos maliciosos para ficarem ocultos e não serem detectados pelo usuário e nem por mecanismos de proteção.

Ransomware

Ransomware é um tipo de código malicioso que torna inacessíveis os dados armazenados em um equipamento, geralmente usando criptografia, e que exige pagamento de resgate (ransom) para restabelecer o acesso ao usuário⁸.

O pagamento do resgate geralmente é feito via bitcoins.

Pode se propagar de diversas formas, embora as mais comuns sejam através de e-mails com o código malicioso em anexo ou que induzam o usuário a seguir um link e explorando vulnerabilidades em sistemas que não tenham recebido as devidas atualizações de segurança.

Engenharia Social

Engenharia social é uma técnica de manipulação psicológica utilizada para obter informações confidenciais. Ela explora a tendência natural das pessoas em confiar e pode envolver vários métodos, como pretexting, baiting e tailgating, para enganar indivíduos e acessar informações privilegiadas ou sistemas protegidos.

⁸ <https://cartilha.cert.br/ransomware/>

NORMATIVOS ESPECÍFICOS

LEI Nº 8.854/1994 E SUAS ALTERAÇÕES (CRIAÇÃO DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB)

LEI Nº 8.854, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1994.

Cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal vinculada à Presidência da República, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Parágrafo único. A AEB responde, de modo direto, ao Presidente da República.

Art. 2º A AEB, dotada de autonomia administrativa e financeira, com patrimônio e quadro de pessoal próprios, tem sede e foro no Distrito Federal.

Art. 3º À AEB compete:

I - executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;

II - propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;

III - elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;

IV - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;

V - analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;

VI - emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;

VII - incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;

VIII - estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;

IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;

X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;

XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;

XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;

XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;

XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

Parágrafo único. Na execução de suas atividades, pode a AEB atuar direta ou indiretamente mediante contratos, convênios e ajustes no País e no exterior, observado o disposto no inciso V deste artigo e a competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 4º As atividades espaciais brasileiras serão organizadas sob forma sistêmica, estabelecida pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. A AEB terá, no sistema de que trata este artigo, a condição de órgão central.

Art. 5º A AEB tem a seguinte estrutura básica:

I - Presidência;

II - Conselho Superior;

III - Diretoria-Geral;

IV - Departamento de Administração;

V - Departamento de Planejamento e Coordenação;

VI - Departamento de Programas Espaciais;

VII - Departamento de Desenvolvimento Técnico-Científico;

VIII - Departamento de Cooperação Espacial.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a estrutura, vinculação e denominação dos cargos em comissão, funções de confiança e das unidades da Agência Espacial Brasileira. (Incluído pela Medida Provisória nº 2216-37, de 2001)

Art. 6º O Conselho Superior, órgão de caráter deliberativo, tem a seguinte composição:

I - o Presidente da AEB e o Diretor-Geral, como membros permanentes;

II - representantes dos Ministérios e das Secretarias da Presidência da República, com atividades ligadas à área espacial;

III - um representante da comunidade científica e um do setor industrial, envolvidos com a área espacial, cujos mandatos terão a duração de dois anos.

§ 1º Os Membros do Conselho Superior referidos no inciso II, no número de dez e no máximo de dezoito, são designados pelo Presidente da República.

§ 2º O Conselho Superior será presidido pelo Presidente da AEB, e, nos seus impedimentos, pelo Diretor-Geral.

§ 3º O Presidente da AEB, ouvidos os Ministérios e Secretarias aos quais alude o inciso II, submeterá ao Presidente da República os nomes dos representantes indicados, para sua aprovação e designação.

§ 4º O Conselho Superior aprovará o regulamento que disporá sobre sua competência e funcionamento.

Art. 7º A AEB será administrada por um Presidente, um Diretor-Geral e cinco Chefes de Departamento, nomeados pelo Presidente da República e escolhidos dentre brasileiros de ilibada reputação moral e reconhecida capacidade técnica e administrativa.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar ou transferir para a Agência Espacial Brasileira os saldos orçamentários do Estado-Maior das Forças Armadas destinados à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesa previstos na Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993.

Art. 9º Constituem, ainda, receitas da AEB:

I - as dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária da União;

II - as rendas de qualquer espécie, produzidas por seus bens ou atividades;

III - os créditos especiais abertos por lei;

IV - outros recursos captados ou que lhe venham a ser destinados.

Art. 10. O patrimônio da AEB será constituído pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, inclusive doações e legados de pessoas naturais ou jurídicas.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder para uso, à AEB, os imóveis da União que sejam necessários ao exercício e desenvolvimento de suas atividades.

Art. 11. A AEB sucederá a Cobae nos seus direitos e nas suas obrigações decorrentes de acordos e instrumentos nacionais e internacionais de cooperação.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional adotará as providências necessárias à celebração de aditivos, visando à formalização do disposto neste artigo.

Art. 12. Ficam criados, no Quadro da AEB, o cargo de natureza especial de Presidente da Agência, os cargos em comissão e funções de confiança, previstos no Anexo I desta lei, respeitadas as dotações orçamentárias para este fim.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de natureza especial e em comissão, objeto do Anexo I, serão de livre escolha da administração, observada a legislação em vigor.

Art. 13. Ficam criados na AEB os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo II desta lei.

§ 1º O provimento dos cargos de que trata este artigo exigirá prévia aprovação em concurso público, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos criados por este artigo.

Art. 14. Os valores de vencimento dos cargos efetivos da AEB são os indicados no Anexo II da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993, observadas suas posteriores alterações, inclusive reajustes legais.

Art. 15. Aos servidores da Administração Federal direta ou indireta colocados à disposição da AEB são assegurados a remuneração e os direitos do cargo efetivo ou emprego permanente, inclusive promoções.

§ 1º O servidor nas condições definidas no caput continuará a contribuir para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção na contagem do tempo de serviço no órgão ou entidade de origem, para todos os efeitos da legislação trabalhista e previdenciária, de leis especiais ou de normas internas.

§ 2º O período em que o servidor permanecer prestando serviços à AEB será considerado, para todos os efeitos da vida funcional, como de efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.

Art. 16. Até que sejam regularmente providos os cargos efetivos da AEB, em um mínimo de sessenta por cento do seu total, a designação para as funções gratificadas (FG) poderá recair em qualquer servidor federal ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente.

Art. 17. Os servidores da AEB perceberão a gratificação de atividade a que se refere a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, no percentual de cento e sessenta por cento.

Art. 18. O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias contados da publicação desta lei, disporá sobre a estrutura regimental da AEB.

Art. 19. O Presidente da República decretará a extinção da Cobae, logo que implantada e em funcionamento a AEB.

Parágrafo único. Até o advento da extinção prevista no caput, os dirigentes e servidores em exercício na Cobae devem continuar em suas atuais funções.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

DECRETO Nº 11.192/2022 (APROVA A NOVA ESTRUTURAÇÃO REGIMENTAL DA AEB)

DECRETO Nº 11.192, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira - AEB e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, **DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira - AEB, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, Funções Gratificadas - FG, Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - da AEB para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

- a) quatro DAS 101.5;
- b) três DAS 101.4;
- c) quinze DAS 101.3;

- d) dez DAS 101.2;
- e) um DAS 101.1;
- f) seis DAS 102.3;
- g) quatro DAS 102.2;
- h) dois FCPE 101.4;
- i) quatro FCPE 101.3;
- j) quatro FCPE 101.2;
- k) uma FCPE 101.1; e
- l) sete FG-1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a AEB:

- a) dois CCE 1.16;
- b) três CCE 1.13;
- c) sete CCE 1.11;
- d) oito CCE 1.08;
- e) um CCE 1.06;
- f) cinco CCE 2.10;
- g) três CCE 2.07;
- h) dois FCE 1.16;
- i) um FCE 1.13;
- j) treze FCE 1.11;
- k) seis FCE 1.08;
- l) um FCE 1.06;
- m) cinco FCE 1.05;
- n) um FCE 2.10; e
- o) um FCE 2.07.

Art. 3º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo IV:

- I - em CCE: cargos em comissão do Grupo-DAS; e
- II - em FCE:
 - a) cargos em comissão do Grupo-DAS;
 - b) FCPE; e
 - c) FG.

Art. 4º O cargo de Natureza Especial de Presidente da AEB fica transformado no CCE 1.18 de Presidente da AEB.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da AEB por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 6º Aplica-se o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto:

- I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg;
- II - aos prazos para apostilamentos;
- III - ao regimento interno;
- IV - à permuta entre CCE e FCE;
- V - ao registro das alterações por ato inferior a decreto; e
- VI - à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental da AEB.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 10.469, de 19 de agosto de 2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor em 10 de outubro de 2022.

Brasília, 8 de setembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

DECRETO Nº 1.332/1994 (POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS – PNDAE)

DECRETO Nº 1.332, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.

Aprova a atualização da Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI da Constituição, e tendo em vista o disposto no item II do artigo 3º, da Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE, constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

**ANEXO I
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS**

I. Introdução

A presente atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), elaborada pela Agência Espacial Brasileira em cumprimento ao item II, do art. 3º, da Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, e aprovada pelo Presidente da República, estabelece os objetivos e as diretrizes que deverão nortear as ações do Governo brasileiro voltadas à promoção do desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

II. Conceituações

1. Utiliza-se a expressão sistemas espaciais para indicar engenhos destinados a operar no espaço ou a viabilizar a operação no espaço de equipamentos destinados a permitir ao homem acesso a informações ou serviços. Desta forma, sistemas espaciais significarão genericamente: as estações espaciais; os satélites; as plataformas espaciais (ou buses); as cargas úteis, representadas pelos equipamentos de medidas, observações ou telecomunicações propriamente dito s; os foguetes e os veículos de transporte espacial.

2. Refere-se à infra-estrutura espacial como ao conjunto de instalações, sistemas ou equipamentos de superfície, bem como serviços associados, que proporcionam o apoio necessário à efetiva operação e utilização dos sistemas espaciais. Incluem-se nesta categoria os centros de lançamento de foguetes, de veículos lançadores de satélites e de balões estratosféricos; os laboratórios especializados de fabricação, testes e integração; as estações e os centros de rastreamento e controle, bem como os de recepção, tratamento e disseminação de dados de satélites etc.

3. As atividades espaciais são entendidas como o esforço sistemático para desenvolver e operar sistemas espaciais, bem como a necessária e correspondente infra-estrutura, visando

permitir ao homem ampliar seu conhecimento do universo, em particular do planeta Terra e sua atmosfera, bem como explorar, com objetivos utilitários, a disponibilidade desses novos dispositivos.

4. As atividades espaciais de um país organizam-se usualmente em programas, compostos de subprogramas, projetos e atividades de caráter continuado. Ao conjunto desses programas costuma-se referir como o Programa Espacial do País. De forma análoga, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) representará o conjunto das iniciativas proposto pela Agência Espacial Brasileira e aprovado pelo Presidente da República.

III. Considerações Gerais

As principais considerações que embasam a formulação desta política são sintetizadas a seguir:

- Tipicamente as atividades espaciais requerem elevados investimentos em projetos de longa duração mas de alto retorno esperado.

- Ao longo das quatro décadas da recente história das atividades espaciais no mundo, muitos benefícios econômicos e sociais, decorrentes de forma direta ou indireta dessas atividades, puderam ser bem caracterizados. Esses benefícios resultam diretamente das aplicações de satélites artificiais na solução de problemas do cotidiano, especialmente no campo das telecomunicações, da previsão do tempo e do clima, do inventário e do monitoramento de recursos naturais, da navegação e da ciência. Os benefícios indiretos decorrem principalmente da utilização dos conhecimentos científicos e tecnológicos resultantes das atividades espaciais em inúmeros setores da atividade humana, desde a medicina à produção de bens e serviços bastante diversificados, com destaque para as áreas de microeletrônica, informática e novos materiais.

- Os investimentos brasileiros no campo espacial, durante os últimos 30 anos, permitiram ao País formar quadros competentes de especialistas, consolidar instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento, implantar importantes instalações de infra-estrutura e iniciar a formação de uma indústria espacial brasileira. Permitiram, ainda, a disseminação das técnicas de comunicações, navegação, sensoriamento remoto e meteorologia por satélites, de grande potencialidade no equacionamento de inúmeros problemas nacionais.

- A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), iniciada em 1979, representou o primeiro grande programa nacional no âmbito do espaço e a adoção do modelo, consagrado mundialmente, de desenvolvimento através de compromissos ambiciosos e de longo prazo. A MECB logrou êxito, merecendo destaque, entre seus resultados, o lançamento com grande sucesso do primeiro satélite desenvolvido no Brasil, o SCD1; a implantação da infra-estrutura básica para as futuras missões espaciais brasileiras, incluindo-se o Laboratório de Integração e Testes de Satélites (LIT) e o Centro de Rastreamento e Controle de Satélites (CRC), ambos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Resultados dignos de igual destaque foram a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e a consecução das principais etapas de desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites, o VLS, ambos pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica.

As características geoeconômicas do Brasil fazem com que sejam muito expressivas as potencialidades de aplicação da tecnologia espacial no atendimento a um rol numeroso de necessidades nacionais. Essas características incluem a grande extensão

territorial; a concentração demográfica ao longo da zona costeira; as vastas regiões de florestas tropicais; as amplas áreas de difícil acesso e baixa ocupação; as extensas fronteiras e costa marítima; e o significativo volume de recursos naturais ainda insatisfatoriamente mapeados.

- A localização especial do Brasil no globo terrestre permite que se concebam sistemas espaciais específicos e economicamente vantajosos para a solução de alguns problemas de interesse nacional, os quais poderão ainda interessar a outros países vizinhos ou localizados em regiões propícias do planeta.

- As alterações geopolíticas no cenário internacional têm provocado mudanças no perfil dos programas espaciais em todo o mundo, criando maiores oportunidades de cooperação internacional e maior valorização de programas menores, menos dispendiosos e voltados a resultados de mais curto prazo.

- Como decorrência das tendências no âmbito internacional, as tecnologias de pequenos satélites e de veículos lançadores de menor porte passam a ter maior importância, valorizando a experiência brasileira adquirida com a MECB e criando maiores oportunidades para futuras iniciativas.

- Os veículos de transporte espacial merecem atenção especial, em razão da natureza das tecnologias envolvidas, das dificuldades de cooperação internacional e do valor estratégico, assegurando ao País autonomia na colocação no espaço dos satélites das plataformas e das cargas úteis de seu interesse.

- Os avanços do Brasil no setor espacial precisam ser consolidados e ampliados. Isto requer que se complete, mantenha e atualize a infra-estrutura existente, que se aumente e aprimore a base de recursos humanos dedicados às atividades espaciais, que se amplie a participação institucional nos programas espaciais, e que se criem oportunidades de comercialização dos produtos e serviços de natureza espacial. A participação institucional aqui referida abrange tanto o setor governamental quanto o privado e, em especial, o parque industrial brasileiro.

IV. Objetivos

A Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) tem como objetivo geral promover a capacidade do País para, segundo conveniência e critérios próprios, utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira.

Para a consecução deste objetivo geral, identificam-se os seguintes objetivos específicos:

1. Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial, que lhe possibilite atuar com real autonomia:

- na seleção de alternativas tecnológicas para a solução de problemas brasileiros;

- no desenvolvimento de soluções próprias para problemas específicos de nosso território ou de nossa sociedade, sempre que alternativas mais econômicas não sejam disponíveis ou de acesso assegurado;

- na efetiva utilização das informações propiciadas pelos meios espaciais que sejam de interesse para a sociedade brasileira; e

- nas negociações, nos acordos e nos tratados internacionais envolvendo matérias pertinentes às atividades espaciais ou que possam beneficiar-se dos conhecimentos decorrentes dessas atividades.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E INCENTIVOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VIGENTES NO PAÍS

MARCOS LEGAIS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA CT&I

A ciência, tecnologia e inovação (CT&I) desempenham um papel central no desenvolvimento econômico e social de um país. Para garantir um ambiente favorável à pesquisa e ao avanço tecnológico, o Brasil conta com um arcabouço legal e estratégias governamentais voltadas para fomentar a inovação e a competitividade nacional.

► Principais Marcos Legais para CT&I

O Brasil possui um conjunto de leis e normas que estabelecem diretrizes para o desenvolvimento científico e tecnológico. Os principais marcos legais são:

Constituição Federal de 1988:

A Constituição Federal prevê a ciência e tecnologia como áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. No artigo 218, estabelece que o Estado deve promover e incentivar a pesquisa científica, visando o bem-estar da sociedade e o progresso do país. Além disso, o artigo 219 enfatiza a necessidade de reduzir desigualdades regionais por meio da inovação tecnológica.

Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016):

Conhecido como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, esse código busca desburocratizar e incentivar a colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas. Entre suas principais diretrizes, destacam-se:

- Facilitação do compartilhamento de infraestrutura e equipamentos entre instituições públicas e privadas
- Maior flexibilidade para a captação de recursos e financiamento de pesquisas
- Estímulo à concessão de bolsas e incentivos para pesquisadores
- Redução da burocracia em processos de inovação dentro das empresas

Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004):

A Lei de Inovação foi um dos primeiros marcos para incentivar a cooperação entre setor público e privado no desenvolvimento tecnológico. Dentre suas diretrizes, estão:

- Criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para promover a proteção da propriedade intelectual dentro de universidades e institutos
- Regulamentação de incentivos para empresas investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D)

- Estabelecimento de mecanismos para transferência de tecnologia do setor acadêmico para a indústria

Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005):

A Lei do Bem é um dos principais instrumentos de incentivo fiscal para empresas que investem em inovação. Ela permite:

- Dedução no Imposto de Renda de valores investidos em pesquisa tecnológica e inovação
- Redução da alíquota de impostos sobre aquisição de equipamentos para P&D
- Benefícios fiscais para patentes e registros de propriedade intelectual

Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018):

Ambos os marcos são fundamentais para a regulamentação da tecnologia no Brasil:

- O Marco Civil da Internet estabelece princípios, garantias e direitos para o uso da internet, incentivando a inovação e a proteção da neutralidade da rede
- A LGPD protege os dados pessoais dos cidadãos, garantindo maior segurança jurídica para empresas que trabalham com inovação em inteligência artificial, big data e outras tecnologias

► Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI)

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) é um documento elaborado pelo governo federal que define metas e diretrizes para o setor. Seu objetivo é alinhar investimentos em CT&I com as necessidades do país, promovendo inovação e competitividade.

Objetivos Principais da ENCTI:

- A ENCTI busca:
- Ampliar os investimentos em pesquisa e inovação
 - Fortalecer a infraestrutura científica e tecnológica do país
 - Estimular a formação de recursos humanos qualificados
 - Promover maior interação entre universidades, empresas e institutos de pesquisa
 - Incentivar o desenvolvimento de tecnologias estratégicas para o Brasil, como biotecnologia, nanotecnologia e inteligência artificial

Áreas Prioritárias da ENCTI:

A estratégia nacional destaca setores essenciais para o avanço tecnológico e econômico do Brasil, incluindo:

- **Indústria 4.0:** Automação, inteligência artificial e Internet das Coisas (IoT)
- **Saúde e Biotecnologia:** Desenvolvimento de vacinas, medicamentos e inovações na medicina

- **Energia Sustentável:** Fontes renováveis, eficiência energética e tecnologias limpas
- **Agricultura e Alimentação:** Uso de biotecnologia e tecnologia digital no agronegócio
- **Defesa e Segurança Nacional:** Tecnologias para proteção e soberania nacional

Principais Instrumentos de Fomento da ENCTI:

A implementação da estratégia conta com diferentes mecanismos de incentivo:

- **Fomento direto:** Editais de financiamento para pesquisa e inovação
- **Incentivos fiscais:** Redução de tributos para empresas inovadoras
- **Fundos de investimento:** Parcerias público-privadas para desenvolvimento tecnológico

▶ Planos e Diretrizes Complementares

Além da ENCTI, existem outras diretrizes que complementam as políticas de ciência e tecnologia no Brasil. Algumas delas são:

Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG):

Voltado para a formação de mestres e doutores, esse plano visa ampliar a qualificação profissional e fortalecer a pesquisa acadêmica.

Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe):

Embora voltado para pequenos negócios, o programa também beneficia startups tecnológicas que buscam financiamento para inovação.

Fundos Setoriais de CT&I:

Os fundos setoriais são mecanismos de financiamento voltados para diferentes áreas estratégicas, como energia, biotecnologia e telecomunicações.

O Brasil possui um arcabouço legal e estratégico significativo para fomentar a ciência, tecnologia e inovação. O Marco Legal de CT&I, a Lei do Bem, a Lei de Inovação e a ENCTI são algumas das principais ferramentas para impulsionar a pesquisa e a inovação no país.

No entanto, desafios como a burocracia e a falta de investimentos ainda limitam o avanço do setor. Para fortalecer a inovação nacional, é essencial aprimorar a implementação dessas políticas, aumentar os investimentos e fomentar a cooperação entre setor público, privado e academia.

INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

A promoção da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil depende de um conjunto de incentivos fiscais e financeiros voltados para empresas, pesquisadores e instituições. Essas políticas visam estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fomentar o empreendedorismo tecnológico e fortalecer a competitividade do país no cenário global.

▶ Lei do Bem: Incentivos Fiscais para Empresas Inovadoras

A Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) é um dos principais instrumentos de incentivo fiscal à inovação no Brasil. Seu objetivo é estimular a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico por meio de benefícios fiscais concedidos às empresas que investem nesse setor.

Benefícios da Lei do Bem:

As empresas que aderem à Lei do Bem podem usufruir de diversas vantagens, como:

- Dedução de 60% a 100% das despesas com P&D do lucro tributável no cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
- Redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de equipamentos para P&D.
- Depreciação e amortização acelerada de bens destinados à inovação.
- Isenção de imposto de renda retido na fonte para remessas ao exterior relacionadas a registros de patentes e manutenção de marcas.

Quem pode se beneficiar?

Para usufruir dos incentivos da Lei do Bem, a empresa deve:

- Estar no regime de tributação pelo Lucro Real.
- Ter investido em projetos de inovação tecnológica comprovados por documentação contábil e relatórios técnicos.
- Estar em situação regular perante a Receita Federal.

Apesar de seus benefícios, a adesão à Lei do Bem ainda é limitada, principalmente porque a maioria das empresas brasileiras está no regime do Simples Nacional ou Lucro Presumido, que não são contemplados pela legislação.

▶ Fundos e Linhas de Crédito para Pesquisa e Desenvolvimento

Além dos incentivos fiscais, o governo brasileiro disponibiliza linhas de crédito e fundos específicos para apoiar projetos de inovação. Essas iniciativas são essenciais para viabilizar o desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente para pequenas e médias empresas.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT):

O FNDCT é um dos principais instrumentos de financiamento da inovação no Brasil. Criado em 1969, ele apoia projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico por meio de recursos reembolsáveis (empréstimos) e não reembolsáveis (subvenções).

Os recursos do fundo são geridos pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e distribuídos para empresas, universidades e institutos de pesquisa. O FNDCT financia iniciativas em áreas estratégicas, como:

- Tecnologias da informação e comunicação (TICs)
- Energias renováveis
- Biotecnologia
- Indústria 4.0

Linhas de Crédito da FINEP e BNDES:

A FINEP e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecem diversas linhas de crédito voltadas para inovação, com juros reduzidos e prazos de pagamento estendidos. Algumas das principais opções incluem:

- **FINEP Inovacred:** financiamento para pequenas e médias empresas que desenvolvem produtos, processos ou serviços inovadores.
- **BNDES Finem Inovação:** crédito para grandes projetos de inovação em empresas de médio e grande porte.
- **FINEP 2030:** programa voltado para setores estratégicos como agronegócio, saúde e sustentabilidade.

Esses mecanismos são fundamentais para garantir o financiamento de longo prazo para projetos inovadores, mas ainda enfrentam desafios como burocracia e acesso restrito para startups em fase inicial.

► Mecanismos de Incentivo para Startups e Pequenas Empresas

Startups e pequenas empresas de base tecnológica desempenham um papel essencial no ecossistema de inovação. Para apoiar esse setor, o governo criou programas e incentivos específicos, incluindo subvenções e fundos de investimento.

Programa Start-Up Brasil:

O Start-Up Brasil é uma iniciativa do governo federal voltada para startups em fase inicial. Ele oferece suporte financeiro e técnico, conectando empresas inovadoras a aceleradoras e investidores.

Os principais benefícios incluem:

- Aporte financeiro sem necessidade de reembolso para desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.
- Acesso a mentorias, capacitações e redes de investidores.
- Parcerias com universidades e centros de pesquisa para acelerar o desenvolvimento tecnológico.

Marco Legal das Startups:

O Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) trouxe avanços significativos para o setor, incluindo:

- Ambiente regulatório simplificado, reduzindo burocracia para startups.
- Facilitação do investimento-anjo, permitindo que investidores apoiem startups sem necessidade de participação societária.
- Criação do ambiente de testes regulatórios (sandbox regulatório), permitindo que startups experimentem novos modelos de negócio com regras diferenciadas.

Além disso, algumas startups podem se beneficiar de incentivos específicos em programas estaduais e municipais de fomento à inovação.

► Desafios e Oportunidades

Apesar da existência de incentivos fiscais e financeiros para CT&I no Brasil, ainda há desafios a serem superados, tais como:

- Excesso de burocracia no acesso aos benefícios.
- Falta de cultura de inovação em muitas empresas, que não investem em P&D.

- Baixa participação de pequenas e médias empresas nos programas de incentivo, devido a exigências fiscais e contábeis complexas.

Por outro lado, as oportunidades são significativas, especialmente com o crescimento de novas tecnologias, como inteligência artificial, biotecnologia e energias renováveis. Melhorar o acesso aos incentivos e ampliar a participação das empresas são passos fundamentais para fortalecer a inovação no país.

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

O avanço da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil depende de uma atuação conjunta entre diferentes instituições, incluindo órgãos governamentais, universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas.

Nesse contexto, as parcerias público-privadas (PPPs) desempenham um papel essencial ao unir esforços do setor público e privado para fomentar o desenvolvimento tecnológico, impulsionar a economia e solucionar desafios estratégicos do país.

► O Papel do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é a principal entidade responsável pela formulação e coordenação das políticas públicas de CT&I no Brasil. Seu objetivo é criar um ambiente favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico, garantindo recursos, regulamentações e incentivos adequados para promover a inovação.

Principais atribuições do MCTI:

O MCTI atua em diversas frentes para fortalecer a inovação no país, incluindo:

- Elaboração de políticas nacionais de ciência e tecnologia, como a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).
- Fomento à pesquisa científica e tecnológica, por meio da concessão de recursos para projetos estratégicos.
- Incentivo à formação de profissionais qualificados, apoiando bolsas de estudo e capacitações.
- Promoção da cooperação entre instituições públicas e privadas, facilitando investimentos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Além disso, o MCTI trabalha em parceria com outros órgãos, como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que são fundamentais para a execução de programas de incentivo à inovação.

► O Papel das Universidades e Institutos de Pesquisa

As universidades e institutos de pesquisa desempenham um papel central na geração do conhecimento e no desenvolvimento de novas tecnologias. No Brasil, diversas instituições públicas e privadas atuam na fronteira da inovação, contribuindo diretamente para o avanço científico do país.

Universidades como polos de inovação:

As universidades são responsáveis pela formação de pesquisadores, desenvolvimento de projetos inovadores e transferência de tecnologia para o setor produtivo. Algumas das principais formas de atuação incluem:

- Parques tecnológicos e incubadoras de empresas, que estimulam o empreendedorismo e a criação de startups.
- Programas de inovação aberta, permitindo que empresas colaborem com grupos de pesquisa acadêmica.
- Projetos de pesquisa aplicada, voltados para resolver desafios da indústria e do setor público.

Exemplos de instituições que se destacam nessa área incluem:

- Universidade de São Paulo (USP) – com diversos programas de inovação e empreendedorismo tecnológico.
- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – pioneira na criação de empresas spin-off baseadas em tecnologia.
- Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – com forte atuação em engenharia e inovação aeroespacial.

Institutos de pesquisa e seu impacto na inovação:

Além das universidades, os institutos de pesquisa são essenciais para o avanço da ciência e da tecnologia no Brasil. Alguns dos principais institutos incluem:

- **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):** referência em meteorologia, observação da Terra e tecnologia aeroespacial.
- **Instituto Butantan:** especializado em biotecnologia e produção de vacinas.
- **Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária):** líder mundial em pesquisa para o agronegócio.

Esses institutos atuam em parceria com universidades e empresas, garantindo que os avanços científicos se traduzam em soluções práticas para a sociedade.

► O Papel do Setor Privado e as Parcerias Público-Privadas (PPPs)

O setor privado é um dos principais motores da inovação, pois possui os recursos financeiros e a capacidade de transformar pesquisas científicas em produtos e serviços comercializáveis. No Brasil, as parcerias público-privadas (PPPs) são fundamentais para acelerar esse processo, garantindo que o conhecimento gerado em universidades e institutos de pesquisa seja aplicado de forma efetiva na indústria.

O que são as PPPs em inovação?

As parcerias público-privadas em CT&I envolvem a cooperação entre o governo e empresas privadas para desenvolver novas tecnologias e soluções inovadoras. Essas parcerias podem ocorrer de diversas formas, como:

- Apoio governamental para projetos privados de inovação, por meio de financiamento e incentivos fiscais.
- Desenvolvimento conjunto de tecnologias estratégicas, como ocorre na indústria farmacêutica e aeroespacial.
- Programas de inovação aberta, nos quais empresas privadas colaboram com universidades e startups.

Exemplos de PPPs de sucesso no Brasil:

Alguns exemplos de parcerias público-privadas bem-sucedidas incluem:

- **Setor Farmacêutico:** A parceria entre o Instituto Butantan e empresas privadas permitiu a produção nacional de vacinas, reduzindo a dependência do Brasil de fornecedores estrangeiros.
- **Agronegócio:** A colaboração entre a Embrapa e empresas do setor agroindustrial resultou em avanços significativos na produtividade agrícola e no desenvolvimento de cultivos mais resistentes.
- **Energia e Sustentabilidade:** O setor de energias renováveis conta com incentivos do governo para parcerias entre empresas privadas e centros de pesquisa, promovendo o desenvolvimento de biocombustíveis e energia solar.

As PPPs são essenciais para reduzir os riscos financeiros da inovação e garantir que o Brasil se mantenha competitivo no cenário tecnológico global.

► Desafios e Perspectivas para as Parcerias Público-Privadas

Apesar do avanço das parcerias público-privadas no Brasil, ainda existem desafios que limitam seu impacto na inovação. Entre os principais obstáculos, podemos destacar:

- Burocracia excessiva nos processos de contratação e financiamento de projetos.
- Falta de cultura de inovação em algumas empresas, que ainda veem P&D como um custo e não como um investimento estratégico.
- Dificuldade de retenção de talentos qualificados, já que muitos pesquisadores acabam migrando para outros países em busca de melhores condições de trabalho.

Para superar esses desafios, algumas estratégias podem ser adotadas:

- Simplificação dos processos regulatórios, permitindo maior agilidade na formação de parcerias.
- Ampliação dos incentivos fiscais para inovação, tornando mais atrativo para as empresas investirem em tecnologia.
- Maior aproximação entre universidades e empresas, facilitando a transferência de conhecimento e a criação de novos produtos e serviços.

O futuro das parcerias público-privadas no Brasil depende da criação de um ambiente mais dinâmico e favorável à inovação, no qual governo, academia e setor privado possam trabalhar juntos de maneira eficiente.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) NO BRASIL

O desenvolvimento científico e tecnológico é essencial para impulsionar a competitividade e o crescimento econômico de um país. No entanto, apesar dos avanços obtidos por meio de políticas públicas, incentivos fiscais e parcerias público-privadas, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no setor de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

POLÍTICAS PÚBLICAS

NOÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA; RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e no funcionamento da sociedade. Elas resultam da ação do Estado para enfrentar problemas coletivos, garantir direitos e promovendo o bem-estar social.

► Definição de Política Pública

Política pública pode ser definida como um conjunto de decisões e ações do Estado voltadas para a solução de problemas da sociedade. Essas ações são planejadas, implementadas e avaliadas por governos e outros atores sociais, visando atender necessidades coletivas em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

As políticas públicas resultam de um processo político e administrativo que envolve múltiplos agentes, como governantes, legisladores, organizações da sociedade civil e o próprio cidadão. Elas podem ser formuladas em diferentes níveis governamentais – municipal, estadual ou federal – e envolvem a criação de leis, programas e projetos para atingir determinados objetivos sociais.

► Características Essenciais das Políticas Públicas

As políticas públicas possuem algumas características que as diferenciam de outras ações sociais e governamentais. As principais são:

- **Caráter público:** As políticas públicas são voltadas para o interesse coletivo e buscam promover o bem comum. Elas afetam diretamente a vida da população e envolvem recursos públicos.

- **Processo contínuo:** A formulação e implementação de políticas públicas não ocorrem de forma isolada, mas sim dentro de um ciclo que envolve planejamento, execução e avaliação.

- **Baseadas em problemas concretos:** Uma política pública sempre surge da necessidade de resolver um problema específico da sociedade, como a falta de moradia, o desemprego ou a violência.

- **Decorrentes de decisões políticas:** As políticas públicas são definidas por meio de escolhas feitas por governantes e legisladores, geralmente influenciadas por debates políticos, interesses econômicos e demandas sociais.

- **Envolvem múltiplos atores:** Diferentes grupos participam da formulação e implementação das políticas públicas, incluindo órgãos governamentais, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos.

- **Podem ser preventivas ou corretivas:** Algumas políticas públicas visam evitar problemas futuros, como programas de vacinação, enquanto outras buscam corrigir problemas já existentes, como políticas de combate à pobreza.

► Elementos Fundamentais para a Construção de Políticas Públicas

Para que uma política pública seja eficaz, é necessário que ela tenha alguns elementos fundamentais bem definidos. Esses elementos garantem que a política seja implementada de forma organizada e com resultados positivos.

- **Diagnóstico do problema:** Antes de elaborar uma política pública, é essencial identificar e analisar a questão que precisa ser resolvida. Isso envolve a coleta de dados, estudos técnicos e participação social.

- **Objetivos claros:** Uma política pública deve ter metas bem definidas, indicando quais resultados se espera alcançar. Isso facilita o monitoramento e a avaliação de sua efetividade.

- **Instrumentos de implementação:** Para que a política pública seja aplicada na prática, é necessário definir os meios utilizados, como programas sociais, leis, incentivos fiscais e campanhas educativas.

- **Orçamento e recursos:** A viabilidade de uma política pública depende da alocação de recursos financeiros, humanos e materiais adequados para sua execução.

- **Gestão e coordenação:** A implementação da política pública exige a atuação coordenada de órgãos governamentais e outros parceiros envolvidos, garantindo que as ações sejam bem executadas.

- **Monitoramento e avaliação:** Para verificar se a política pública está alcançando seus objetivos, é fundamental realizar o acompanhamento contínuo e, se necessário, fazer ajustes.

► Exemplos de Políticas Públicas em Diferentes Áreas

As políticas públicas podem abranger diversas áreas da sociedade, cada uma com características e objetivos específicos. Alguns exemplos são:

- **Saúde:** O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é uma política pública que garante o acesso gratuito à saúde para toda a população. Inclui programas como a vacinação e o combate a epidemias.

- **Educação:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca garantir a alimentação adequada dos estudantes da rede pública, contribuindo para a permanência na escola.

- **Segurança pública:** O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) foi criado para integrar ações de combate à violência com programas sociais.

- **Habitação:** O programa Minha Casa Minha Vida possibilita o acesso à moradia para famílias de baixa renda, promovendo inclusão social e reduzindo o déficit habitacional.

As políticas públicas são instrumentos essenciais para a organização da sociedade e para garantir direitos fundamentais. Sua formulação e implementação exigem planejamento, participação social e acompanhamento contínuo para que sejam eficientes e eficazes.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E POLÍTICA PÚBLICA

A política e as políticas públicas estão intimamente relacionadas, mas possuem significados distintos. Enquanto a política envolve disputas pelo poder e a formulação de diretrizes gerais para a sociedade, as políticas públicas são os meios concretos pelos quais essas diretrizes são implementadas.

► O Que é Política e Como Ela se Relaciona com as Políticas Públicas

A política pode ser definida como a atividade relacionada à tomada de decisões dentro de uma sociedade, envolvendo disputas pelo poder e a definição de diretrizes para a coletividade. Ela ocorre tanto no âmbito do governo quanto em organizações privadas e na sociedade em geral.

Já as políticas públicas são os instrumentos concretos utilizados pelo Estado para transformar diretrizes políticas em ações reais. Ou seja, a política estabelece as prioridades e objetivos gerais, enquanto as políticas públicas representam a aplicação prática dessas decisões.

A relação entre os dois conceitos pode ser observada da seguinte forma:

- **A política define a agenda das políticas públicas:** As disputas políticas influenciam quais problemas serão priorizados e quais soluções serão adotadas.

- **As políticas públicas são produto de decisões políticas:** Governantes eleitos estabelecem diretrizes que orientam a criação e implementação de políticas públicas.

- **A política interfere na continuidade das políticas públicas:** Mudanças de governo ou de ideologias podem modificar ou até extinguir políticas públicas em andamento.

- **A política mobiliza recursos para as políticas públicas:** A alocação de orçamento e pessoal para a execução de políticas públicas depende de decisões políticas.

Assim, pode-se afirmar que toda política pública tem origem em processos políticos, mas nem toda decisão política se traduz necessariamente em uma política pública concreta.

► O Papel dos Agentes Políticos na Definição das Políticas Públicas

As políticas públicas são definidas e executadas por diversos agentes políticos, que podem ser divididos em três grandes grupos:

- **Governantes e legisladores:** Presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores têm o poder de propor e aprovar leis e programas que moldam as políticas públicas.

- **Burocracia estatal:** Técnicos e gestores públicos desempenham um papel crucial na formulação e implementação das políticas públicas, assegurando que elas sejam viáveis e eficazes.

- **Sociedade civil e grupos de interesse:** Movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e empresas pressionam o governo para que determinadas políticas sejam adotadas ou modificadas.

Cada um desses grupos exerce influência na definição das políticas públicas, o que faz com que esse processo seja marcado por negociações, conflitos e concessões.

► A Influência de Interesses e Ideologias na Formulação de Políticas Públicas

A formulação das políticas públicas não ocorre de maneira neutra ou puramente técnica. Ela é influenciada por diferentes interesses políticos, econômicos e ideológicos. Alguns fatores que influenciam esse processo incluem:

- **Partidos políticos e suas ideologias:** Governos de esquerda e direita, por exemplo, costumam adotar políticas públicas com enfoques distintos. Enquanto políticas públicas progressistas priorizam a intervenção do Estado na economia e o fortalecimento de direitos sociais, políticas mais liberais tendem a reduzir a atuação estatal e incentivar o mercado.

- **Pressão de grupos sociais e econômicos:** Empresários, sindicatos, associações e movimentos sociais pressionam os governantes para que adotem políticas públicas favoráveis aos seus interesses.

- **Opinião pública e participação popular:** A população influencia a criação e a continuidade de políticas públicas por meio de manifestações, eleições e participação em conselhos governamentais.

- **Contexto econômico e social:** Momentos de crise econômica podem limitar a implementação de determinadas políticas públicas, enquanto períodos de crescimento favorecem investimentos em áreas como infraestrutura e educação.

Dessa forma, as políticas públicas refletem não apenas necessidades técnicas e sociais, mas também disputas de poder e visões de mundo.

► Diferença Entre Decisão Política e Política Pública

Embora estejam relacionadas, decisão política e política pública não são a mesma coisa. As principais diferenças entre esses conceitos são:

Característica	Decisão Política	Política Pública
Definição	Escolha feita por agentes políticos sobre determinada questão	Conjunto de ações organizadas para resolver um problema público
Objetivo	Atender interesses políticos, partidários ou sociais	Melhorar condições sociais e econômicas da população
Exemplos	Veto presidencial a um projeto de lei, nomeação de um ministro	Programa Bolsa Família, Sistema Único de Saúde (SUS)
Impacto	Pode ter efeitos imediatos, mas nem sempre gera mudanças concretas	Resulta em ações governamentais estruturadas e contínuas

Enquanto a decisão política envolve escolhas feitas pelos governantes, a política pública é a execução dessas escolhas por meio de programas, leis e projetos concretos.

A relação entre política e política pública é inseparável. A política define prioridades, influencia a tomada de decisões e determina a forma como os recursos públicos serão utilizados. Já as políticas públicas são os instrumentos pelos quais essas decisões são transformadas em ações concretas que afetam a vida da população.

Embora a formulação das políticas públicas deva seguir critérios técnicos e científicos, é inevitável que seja influenciada por interesses políticos e ideológicos. Por isso, a participação da sociedade nesse processo é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficientes, democráticas e voltadas para o bem comum.

ETAPAS DO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas não surgem de forma aleatória; elas seguem um processo estruturado que permite sua formulação, implementação e avaliação. Esse processo é conhecido como ciclo das políticas públicas, que envolve diversas etapas organizadas para garantir que as ações do Estado sejam planejadas, executadas e monitoradas de maneira eficiente.

► Identificação do Problema Público

O primeiro passo para a formulação de uma política pública é a identificação do problema que precisa ser resolvido. Essa etapa é crucial, pois define a necessidade social que demandará uma intervenção governamental.

Características da identificação do problema:

- O problema deve ser relevante para a sociedade e ter impacto significativo.
- O reconhecimento do problema pode surgir de demandas da sociedade civil, pesquisas acadêmicas, estatísticas oficiais ou debates políticos.
- Muitas vezes, grupos sociais, mídia e movimentos sociais desempenham um papel fundamental ao pressionar o governo para agir.
- A percepção do problema pode variar conforme o contexto político e econômico.

Exemplo:

Se os índices de desemprego aumentam significativamente, isso pode ser identificado como um problema público que exige a criação de políticas para incentivar a geração de empregos.

► Formulação da Política Pública

Após a identificação do problema, ocorre a fase de formulação, na qual são elaboradas as possíveis soluções para enfrentá-lo. Essa etapa envolve a participação de diversos atores, como governantes, especialistas, organizações da sociedade civil e parlamentares.

Elementos da formulação:

- **Definição de objetivos** – Estabelecer metas claras para resolver o problema identificado.
- **Análise de alternativas** – Avaliar diferentes estratégias para abordar a questão, considerando eficácia, viabilidade econômica e impactos sociais.
- **Elaboração de um plano de ação** – Criar um planejamento detalhado sobre como a política será implementada.

- **Debates e negociações** – Governos e legisladores discutem a viabilidade da política, muitas vezes ajustando propostas conforme interesses políticos e sociais.

Exemplo:

Diante do aumento do desemprego, o governo pode formular uma política pública voltada para a qualificação profissional, oferecendo cursos gratuitos para trabalhadores em busca de recolocação no mercado.

► Tomada de Decisão e Legislação

Nem toda política pública formulada será automaticamente implementada. A decisão final sobre sua adoção passa por um processo político, no qual os governantes avaliam sua viabilidade e possíveis impactos.

Características dessa etapa

- Pode envolver a aprovação de leis e decretos para viabilizar a política pública.
- A decisão pode ser influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais.
- **Órgãos governamentais e parlamentares** podem aprovar, modificar ou rejeitar propostas.
- Essa etapa pode demandar tempo, especialmente se envolver grandes mudanças estruturais.

Exemplo:

Para viabilizar o programa de qualificação profissional, pode ser necessário aprovar uma lei no Congresso Nacional que determine a destinação de recursos públicos para essa finalidade.

► Implementação das Ações Propostas

Uma vez que a política pública foi aprovada, inicia-se a fase de implementação, na qual as ações planejadas são colocadas em prática. Essa etapa exige a coordenação de diversos órgãos governamentais e parceiros da sociedade.

Principais desafios da implementação:

- **Burocracia e obstáculos administrativos** – Processos burocráticos podem atrasar ou dificultar a execução das ações.
- **Disponibilidade de recursos financeiros e humanos** – A política pública só será eficaz se houver orçamento suficiente e profissionais capacitados para executá-la.
- **Acompanhamento e supervisão** – É essencial garantir que a política esteja sendo implementada conforme o planejado.

Exemplo:

O programa de qualificação profissional é lançado com a abertura de cursos gratuitos, contratação de professores e criação de centros de capacitação em várias regiões do país.

► Monitoramento e Avaliação dos Resultados

A última etapa do ciclo das políticas públicas é o monitoramento e avaliação, que verifica se a política pública atingiu seus objetivos e qual foi seu impacto na sociedade.

Características dessa etapa:

- **Coleta e análise de dados** – Utilização de indicadores para medir a efetividade da política pública.
- **Correções e ajustes** – Caso os resultados não sejam satisfatórios, a política pode ser revisada e aprimorada.
- **Prestação de contas** – Governantes devem apresentar à população os resultados alcançados e justificar o uso dos recursos públicos.
- **Permanência ou descontinuidade da política** – Se a política for bem-sucedida, pode ser ampliada ou mantida; caso contrário, pode ser reformulada ou encerrada.

Exemplo:

Após um ano de funcionamento, são avaliados os índices de empregabilidade dos participantes do programa de qualificação. Caso os resultados sejam positivos, o governo pode expandir o programa para mais cidades. Se os números forem insatisfatórios, ajustes podem ser feitos na metodologia dos cursos.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação das políticas públicas é uma fase fundamental do ciclo das políticas, pois é o momento em que as propostas se tornam ações concretas. No entanto, esse processo enfrenta diversos desafios que podem comprometer sua eficácia e seus resultados.

Os desafios da implementação envolvem questões burocráticas, falta de recursos, instabilidade política e dificuldades na coordenação entre os diferentes atores envolvidos.

► Burocracia e Entraves Administrativos

A burocracia é um elemento essencial para garantir a organização e o funcionamento do Estado, mas, em muitos casos, pode se tornar um obstáculo para a implementação eficiente das políticas públicas.

Principais desafios burocráticos:

- **Excesso de formalidades e processos lentos** – A exigência de muitos documentos, autorizações e pareceres pode atrasar a execução das políticas.
- **Falta de integração entre órgãos públicos** – A ausência de comunicação e cooperação entre diferentes setores do governo pode dificultar a implementação das ações.
- **Normas rígidas e complexas** – Regulamentos excessivamente detalhados podem dificultar a adaptação das políticas públicas às necessidades reais da população.

Possíveis soluções:

- **Desburocratização** – Redução de exigências desnecessárias e simplificação de processos administrativos.
- **Uso da tecnologia** – Adoção de sistemas digitais para acelerar processos e melhorar a transparência.
- **Capacitação dos gestores públicos** – Treinamento para que servidores possam atuar de forma mais eficiente e ágil na implementação das políticas.

► Falta de Recursos Financeiros e Humanos

A escassez de recursos é um dos principais obstáculos para a implementação das políticas públicas. Sem orçamento adequado e profissionais qualificados, as ações podem ser interrompidas ou ter resultados abaixo do esperado.

Desafios financeiros e humanos:

- **Orçamento insuficiente** – Muitas políticas públicas dependem de investimentos altos, mas frequentemente há cortes de verbas ou dificuldades na captação de recursos.
- **Má distribuição de recursos** – Algumas políticas recebem mais financiamento do que outras, criando desigualdades no atendimento à população.
- **Falta de profissionais capacitados** – A implementação de políticas públicas exige servidores treinados e em número suficiente para atender à demanda.

Possíveis soluções:

- **Planejamento orçamentário eficiente** – Previsão adequada de recursos para garantir a continuidade das políticas públicas.
- **Parcerias público-privadas (PPP)** – Cooperação entre governo e setor privado para ampliar investimentos e otimizar a execução das políticas.
- **Incentivo à capacitação profissional** – Programas de formação para servidores e técnicos envolvidos na implementação das políticas.

► Conflitos de Interesse e Mudanças Políticas

A implementação das políticas públicas está sujeita a interesses políticos e econômicos que podem interferir no seu andamento. Além disso, mudanças de governo podem levar à descontinuidade de políticas bem-sucedidas.

Problemas relacionados a conflitos políticos:

- **Mudança de prioridades entre governos** – Quando um novo governante assume o cargo, pode alterar ou cancelar políticas públicas criadas por seu antecessor.
- **Interesses de grupos políticos e econômicos** – Algumas políticas podem beneficiar determinados setores, enquanto outras enfrentam resistência de grupos que se sentem prejudicados.
- **Descontinuidade de programas** – A falta de compromisso com políticas de longo prazo pode prejudicar sua efetividade.

Possíveis soluções:

- **Criação de políticas de Estado, e não apenas de governo** – Algumas políticas devem ser institucionalizadas para garantir sua continuidade independentemente de mudanças políticas.
- **Aumento da participação da sociedade civil** – O envolvimento de organizações e cidadãos na defesa de políticas públicas pode pressionar os governos a mantê-las.
- **Transparência e controle social** – O acompanhamento da implementação das políticas pela população pode reduzir interferências políticas indevidas.

► Importância da Participação Social na Efetividade das Políticas Públicas

A participação da sociedade é essencial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e atendam às reais necessidades da população. No entanto, muitas vezes, a população tem pouca informação ou envolvimento no processo de implementação.

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES, NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejam os alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88). Os espaços sobre o qual se desenvolvem as relações sociais próprias da vida do Estado é uma porção da superfície terrestre, projetada desde o subsolo até o espaço aéreo. Para que essa porção territorial e suas projeções adquiram significado político e jurídico, é preciso considerá-las como um local de assentamento do grupo humano que integra o Estado, como campo de ação do poder político e como âmbito de validade das normas jurídicas.

— **Soberania:** Trata-se do poder do Estado de se auto administrar. Por meio da soberania, o Estado detém o poder de regular o seu funcionamento, as relações privadas dos cidadãos, bem como as funções econômicas e sociais do povo que o integra. Por meio desse elemento, o Estado edita leis aplicáveis ao seu território, sem estar sujeito a qualquer tipo de interferência ou dependência de outros Estados.

Em sua origem, no sentido de legitimação, a soberania está ligada à força e ao poder. Se antes, o direito era dado, agora é arquitetado, anteriormente era pensado na justiça robusta, agora é engendrado na adequação aos objetivos e na racionalidade técnica necessária. O poder do Estado é soberano, uno, indivisível e emana do povo. Além disso, todos os Poderes são partes de um todo que é a atividade do Estado.

Como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos parâmetros do art.1º, I, da CFB/88), a soberania é elemento essencial e fundamental à existência da República Federativa do Brasil.

A lei se tornou de forma essencial o principal instrumento de organização da sociedade. Isso, por que a exigência de justiça e de proteção aos direitos individuais, sempre se faz presente na vida do povo. Por conseguinte, por intermédio da Constituição escrita, desde a época da revolução democrática, foi colocada uma trava jurídica à soberania, proclamando, assim, os direitos invioláveis do cidadão.

O direito incorpora a teoria da soberania e tenta compatibilizá-la aos problemas de hoje, e remetem ao povo, aos cidadãos e à sua participação no exercício do poder, o direito sempre tende a preservar a vontade coletiva de seu povo, através de seu ordenamento, a soberania sempre existirá no campo jurídico, pois o termo designa igualmente o fenômeno político de decisão, de deliberação, sendo incorporada à soberania pela Constituição.

A Constituição Federal é documento jurídico hierarquicamente superior do nosso sistema, se ocupando com a organização do poder, a definição de direitos, dentre outros fatores. Nesse diapasão, a soberania ganha particular interesse junto ao Direito Constitucional. Nesse sentido, a soberania surge novamente em discussão, procurando resolver ou atribuir o poder originário e seus limites, entrando em voga o poder constituinte originário, o poder constituinte derivado, a soberania popular, do parlamento e do povo como um todo. Depreende-se que o fundo desta problemática está entranhado na discussão acerca da positivação do Direito em determinado Estado e seu respectivo exercício.

Assim sendo, em síntese, já verificados o conceito de Estado e os seus elementos. Temos, portanto:

ESTADO = POVO + TERRITÓRIO + SOBERANIA

Obs. Os elementos (povo + território + soberania) do Estado não devem ser confundidos com suas funções estatais que normalmente são denominadas “**Poderes do Estado**” e, por sua vez, são divididas em: **legislativa, executiva e judiciária**

Em relação aos princípios do Estado Brasileiro, é fácil encontra-los no disposto no art. 1º, da CFB/88. Vejamos:

Art. 1º *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:*

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Ressalta-se que os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político são os que mais são aceitos como princípios do Estado. No condizente à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pondera-se que estes constituem as finalidades que o Estado busca alcançar. Já os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político, podem ser plenamente relacionados com o sentido de organização do Estado sob forma política, e, os conceitos de dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, implicam na ideia do alcance de objetivos morais e éticos.

— **Governo**

Conceito

Governo é a expressão política de comando, de iniciativa pública com a fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica contemporânea e atuante.

O Brasil adota a República como forma de Governo e o federalismo como forma de Estado. Em sua obra Direito Administrativo da Série Advocacia Pública, o renomado jurista Leandro Zannoni, assegura que governo é elemento do Estado e o explana como “a atividade política organizada do Estado, possuindo ampla discricionariedade, sob responsabilidade constitucional e política” (p. 71).

É possível complementar esse conceito de Zannoni com a afirmação de Meirelles (1998, p. 64-65) que aduz que “Governo é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”. Entretanto, tanto o conceito de Estado como o de governo podem ser definidos sob diferentes perspectivas, sendo o primeiro, apresentado sob o critério sociológico, político, constitucional, dentre outros fatores. No condizente ao segundo, é subdividido em sentido formal sob um conjunto de órgãos, em sentido material nas funções que exerce e em sentido operacional sob a forma de condução política.

O objetivo final do Governo é a prestação dos serviços públicos com eficiência, visando de forma geral a satisfação das necessidades coletivas. O Governo pratica uma função política que implica uma atividade de ordem mediata e superior com referência à direção soberana e geral do Estado, com o fulcro de determinar os fins da ação do Estado, assinalando as diretrizes para as demais funções e buscando sempre a unidade da soberania estatal.

— **Administração pública**

Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— **Observação importante:**

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público

cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO. (art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de enformar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as função hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõe a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

— **Observação importante:**

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma o **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

– **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

– Observação importante: O princípio da legalidade considera a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta pelo art. 59 da Constituição Federal.

– **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas óticas:

a) Sob a ótica da atuação da Administração Pública em relação aos administrados: Em sua atuação, deve o administrador pautar na não discriminação e na não concessão de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá estar baseada na neutralidade e na objetividade.

b) Em relação à sua própria atuação, administrador deve executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

– **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação administrativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética, honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que obedecer a Lei, bem como a ética da própria instituição em que o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja praticado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à moralidade.

– **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A publicidade está associada à prestação de satisfação e informação da atuação pública aos administrados. Via de regra é que a atuação da Administração seja pública, tornando assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é absoluto. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, devam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publicidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos administrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem publicados.

– **Princípio da Eficiência:** A atividade administrativa deverá ser exercida com presteza, perfeição, rendimento, qualidade e economicidade. Anteriormente era um princípio implícito, porém, hodiernamente, foi acrescentado, de forma expressa, na CFB/88, com a EC n. 19/1998.

São decorrentes do princípio da eficiência:

a. A possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos, bem como de entidades administrativas, desde que haja a celebração de contrato de gestão.

b. A real exigência de avaliação por meio de comissão especial para a aquisição da estabilidade do servidor Efetivo, nos termos do art. 41, § 4º da CFB/88.

DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS

Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: NORMAS DE EFICÁCIA PLENA, CONTIDA E LIMITADA; NORMAS PROGRAMÁTICAS

O estudo da aplicabilidade das normas constitucionais é essencial à correta interpretação da Constituição Federal¹. É a compreensão da aplicabilidade das normas constitucionais que nos permitirá entender exatamente o alcance e a realizabilidade dos diversos dispositivos da Constituição.

Todas as normas constitucionais apresentam juridicidade. Todas elas são imperativas e cogentes ou, em outras palavras, todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

A doutrina americana (clássica) distingue duas espécies de normas constitucionais quanto à aplicabilidade: as normas autoexecutáveis (“*self executing*”) e as normas não-autoexecutáveis.

As normas autoexecutáveis são normas que podem ser aplicadas sem a necessidade de qualquer complementação. São normas completas, bastantes em si mesmas. Já as normas não-autoexecutáveis dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas: são as normas incompletas, as normas programáticas (que definem diretrizes para as políticas públicas) e as normas de estruturação (instituem órgãos, mas deixam para a lei a tarefa de organizar o seu funcionamento).

Embora a doutrina americana seja bastante didática, a classificação das normas quanto à sua aplicabilidade mais aceita no Brasil foi a proposta pelo Prof. José Afonso da Silva.

A partir da aplicabilidade das normas constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em três grupos:

- Normas de eficácia plena;
- Normas de eficácia contida;
- Normas de eficácia limitada.

1) Normas de eficácia plena

São aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. É o caso do art. 2º da CF/88, que diz: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

As normas de eficácia plena possuem as seguintes características:

a) são autoaplicáveis, é dizer, elas independem de lei posterior regulamentadora que lhes complete o alcance e o sentido. Isso não quer dizer que não possa haver lei regulamentadora versando sobre uma norma de eficácia plena; a lei regulamentadora

¹ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j3A-AnRpJ4j8J:www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF/%3Faula%3D188713+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

até pode existir, mas a norma de eficácia plena já produz todos os seus efeitos de imediato, independentemente de qualquer tipo de regulamentação;

b) são não-restringíveis, ou seja, caso exista uma lei tratando de uma norma de eficácia plena, esta não poderá limitar sua aplicação;

c) possuem aplicabilidade direta (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediate** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que é promulgada a Constituição) e **integral** (não podem sofrer limitações ou restrições em sua aplicação).

2) Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva

São normas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público. Cabe destacar que a atuação do legislador, no caso das normas de eficácia contida, é discricionária: ele não precisa editar a lei, mas poderá fazê-lo.

Um exemplo clássico de norma de eficácia contida é o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, segundo o qual “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Em razão desse dispositivo, é assegurada a liberdade profissional: desde a promulgação da Constituição, todos já podem exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão. No entanto, a lei poderá estabelecer restrições ao exercício de algumas profissões. Citamos, por exemplo, a exigência de aprovação no exame da OAB como pré-requisito para o exercício da advocacia.

As normas de eficácia contida possuem as seguintes características:

a) são autoaplicáveis, ou seja, estão aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de lei regulamentadora. Em outras palavras, não precisam de lei regulamentadora que lhes complete o alcance ou sentido.

Vale destacar que, antes da lei regulamentadora ser publicada, o direito previsto em uma norma de eficácia contida pode ser exercitado de maneira ampla (plena); só depois da regulamentação é que haverá restrições ao exercício do direito;

b) são restringíveis, isto é, estão sujeitas a limitações ou restrições, que podem ser impostas por:

– **Uma lei**: o direito de greve, na iniciativa privada, é norma de eficácia contida prevista no art. 9º, da CF/88. Desde a promulgação da CF/88, o direito de greve já pode exercido pelos trabalhadores do regime celetista; no entanto, a lei poderá restringi-lo, definindo os “serviços ou atividades essenciais” e dispondo sobre “o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”.

– **Outra norma constitucional:** o art. 139, da CF/88 prevê a possibilidade de que sejam impostas restrições a certos direitos e garantias fundamentais durante o estado de sítio.

– **Conceitos ético-jurídicos indeterminados:** o art. 5º, inciso XXV, da CF/88 estabelece que, no caso de “imminente perigo público”, o Estado poderá requisitar propriedade particular. Esse é um conceito ético-jurídico que poderá, então, limitar o direito de propriedade;

c) possuem aplicabilidade direta (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediate** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que é promulgada a Constituição) e possivelmente **não-integral** (estão sujeitas a limitações ou restrições).

3) Normas constitucionais de eficácia limitada

São aquelas que dependem de regulamentação futura para produzirem todos os seus efeitos. Um exemplo de norma de eficácia limitada é o art. 37, inciso VII, da CF/88, que trata do direito de greve dos servidores públicos (“o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”).

Ao ler o dispositivo supracitado, é possível perceber que a Constituição Federal de 1988 outorga aos servidores públicos o direito de greve; no entanto, para que este possa ser exercido, faz-se necessária a edição de lei ordinária que o regulamente. Assim, enquanto não editada essa norma, o direito não pode ser usufruído.

As normas constitucionais de eficácia limitada possuem as seguintes características:

a) são não-autoaplicáveis, ou seja, dependem de complementação legislativa para que possam produzir os seus efeitos;

b) possuem aplicabilidade indireta (dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos) **mediata** (a promulgação do texto constitucional não é suficiente para que possam produzir todos os seus efeitos) e **reduzida** (possuem um grau de eficácia restrito quando da promulgação da Constituição).

Muito cuidado para não confundir!

As **normas de eficácia contida** estão **aptas a produzir todos os seus efeitos** desde o momento em que a Constituição é promulgada. A lei posterior, caso editada, irá **restringir** a sua aplicação.

As **normas de eficácia limitada não estão aptas a produzirem todos os seus efeitos** com a promulgação da Constituição; elas dependem, para isso, de uma lei posterior, que irá **ampliar** o seu alcance.

José Afonso da Silva subdivide as normas de eficácia limitada em dois grupos:

a) normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos: são aquelas que dependem de lei para estruturar e organizar as atribuições de instituições, pessoas e órgãos previstos na Constituição. É o caso, por exemplo, do art. 88, da CF/88, segundo o qual “a lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.”

As normas definidoras de princípios institutivos ou organizativos podem ser impositivas (quando impõem ao legislador uma obrigação de elaborar a lei regulamentadora) ou facultativas (quando estabelecem mera faculdade ao legislador).

O art. 88, da CF/88, é exemplo de norma impositiva; como exemplo de norma facultativa citamos o art. 125, § 3º, CF/88, que dispõe que a “lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual”;

b) normas declaratórias de princípios programáticos: são aquelas que estabelecem programas a serem desenvolvidos pelo legislador infraconstitucional. Um exemplo é o art. 196 da Carta Magna (“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”).

Cabe destacar que a presença de normas programáticas na Constituição Federal é que nos permite classificá-la como uma Constituição-dirigente.

É importante destacar que as normas de eficácia limitada, embora tenham aplicabilidade reduzida e não produzam todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição, possuem eficácia jurídica.

Guarde bem isso: a eficácia dessas normas é limitada, porém existente! Diz-se que as normas de eficácia limitada possuem eficácia mínima.

Diante dessa afirmação, cabe-nos fazer a seguinte pergunta: quais são os efeitos jurídicos produzidos pelas normas de eficácia limitada?

As normas de eficácia limitada produzem imediatamente, desde a promulgação da Constituição, dois tipos de efeitos:

- **efeito negativo;**
- **efeito vinculativo.**

O efeito negativo consiste na revogação de disposições anteriores em sentido contrário e na proibição de leis posteriores que se oponham a seus comandos. Sobre esse último ponto, vale destacar que as normas de eficácia limitada servem de parâmetro para o controle de constitucionalidade das leis.

O efeito vinculativo, por sua vez, se manifesta na obrigação de que o legislador ordinário edite leis regulamentadoras, sob pena de haver omissão inconstitucional, que pode ser combatida por meio de mandado de injunção ou Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

Ressalte-se que o efeito vinculativo também se manifesta na obrigação de que o Poder Público concretize as normas programáticas previstas no texto constitucional. A Constituição não pode ser uma mera “folha de papel”; as normas constitucionais devem refletir a realidade político-social do Estado e as políticas públicas devem seguir as diretrizes traçadas pelo Poder Constituinte Originário.

Classificação das Normas Constitucionais

– **Normas Constitucionais de Eficácia Plena**
Possuem aplicabilidade imediata, direta e integral.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Contida**
Possuem aplicabilidade imediata, direta, mas não integral.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Limitada Definidoras de Princípios Institutivos**

Possuem aplicabilidade indireta, dependem de lei posterior para dar corpo a institutos jurídicos e aos órgãos ou entidades do Estado, previstos na Constituição.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Limitada Definidoras de Princípios Programáticos**

Possuem aplicabilidade indireta, estabelecem programas, metas, objetivos a serem desenvolvidos pelo Estado, típicas das Constituições dirigentes.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Absoluta**

Não podem ser abolidas nem mesmo por emenda à Constituição Federal.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Exaurida**

Possuem aplicabilidade esgotada.

– **Normas Constitucionais de Eficácia Negativa**

– Impedem a recepção das normas infraconstitucionais pré-constitucionais materialmente incompatíveis, revogando-as;

– Impedem que sejam produzidas normas ulteriores que contrariem os programas por ela estabelecidos. Serve, assim, como parâmetro para o controle de constitucionalidade;

– Obrigam a atuação do Estado no sentido de conferir eficácia aos programas estatuídos no texto constitucional.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITOS SOCIAIS; DIREITOS DE NACIONALIDADE; DIREITOS POLÍTICOS; PARTIDOS POLÍTICOS; ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, UNIÃO, ESTADOS FEDERADOS, MUNICÍPIOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DISPOSIÇÕES GERAIS; SERVIDORES PÚBLICOS

— **Princípios fundamentais**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019).

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 estão previstos no art. 1º da Constituição e são:

A **soberania**, poder político supremo, independente internacionalmente e não limitado a nenhum outro na esfera interna. É o poder do país de editar e reger suas próprias normas e seu ordenamento jurídico.

A **cidadania** é a condição da pessoa pertencente a um Estado, dotada de direitos e deveres. O *status* de cidadão é inerente a todo jurisdicionado que tem direito de votar e ser votado.

A **dignidade da pessoa humana** é valor moral personalíssimo inerente à própria condição humana. Fundamento consistente no respeito pela vida e integridade do ser humano e na garantia de condições mínimas de existência com liberdade, autonomia e igualdade de direitos.

Os **valores sociais do trabalho** e da **livre iniciativa**, pois é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e contribui para com a sociedade. Por sua vez, a livre iniciativa é um princípio que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

O **pluralismo político** que decorre do Estado democrático de Direito e permite a coexistência de várias ideias políticas, substanciadas na existência multipartidária e não apenas dualista. O Brasil é um país de política plural, multipartidária e diversificada e não apenas pautada nos ideais dualistas de esquerda e direita ou democratas e republicanos.

Importante mencionar que união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal é caracterizada pela **impossibilidade de secessão**, característica essencial do Federalismo, *decorrente da impossibilidade de separação de seus entes federativos, ou seja*, o vínculo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é indissolúvel e nenhum deles pode abandonar o restante para se transformar em um novo país.

Quem detém a titularidade do poder político é o **povo**. Os governantes eleitos apenas exercem o poder que lhes é atribuído pelo povo.

Além de ser marcado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, a **separação dos poderes estatais – Executivo, Legislativo e Judiciário é também** uma característica do Estado Brasileiro. Tais poderes gozam, portanto, de autonomia e independência no exercício de suas funções, para que possam atuar em harmonia.

Fundamentos, também chamados de princípios fundamentais (art. 1º, CF), são diferentes dos **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil (art. 3º, CF). Assim, enquanto os fundamentos ou princípios fundamentais representam a essência, causa primária do texto constitucional e a base primordial de nossa República Federativa, os objetivos estão relacionados à destinação, ao que se pretende, às finalidades e metas traçadas no texto constitucional que a República Federativa do Estado brasileiro anseia alcançar.

O Estado brasileiro é **democrático** porque é regido por normas democráticas, pela soberania da vontade popular, com eleições livres, periódicas e pelo povo, e **de direito** porque pauta-se pelo respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, refletindo a afirmação dos direitos humanos. Por sua vez, o Estado de Direito caracteriza-se pela legalidade, pelo seu sistema de normas pautado na preservação da segurança jurídica, pela separação dos poderes e pelo reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais, bem como pela necessidade do Direito ser respeitoso com as liberdades individuais tuteladas pelo Poder Público.

Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias funda-

mentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

– Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- b) ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- c) estão ligados ao ideal de liberdade;
- d) são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- e) possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- f) são os direitos civis e políticos.

– Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- a) surgiram no início do século XX;
- b) apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- c) estão ligados ao ideal de igualdade;
- d) são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- e) correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

– Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
Difusos	Indivisível	Indeterminados
Coletivos	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
Individuais Homogêneos	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- a) surgiram no século XX;
- b) estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;
- c) são direitos positivos, a exigir do Estado e dos diferentes povos uma firme atuação no tocante à preservação dos bens de interesse coletivo;

d) correspondem ao direito de preservação do meio ambiente, de autodeterminação dos povos, da paz, do progresso da humanidade, do patrimônio histórico e cultural, etc.

– Direitos Fundamentais de Quarta Geração

Segundo Paulo Bonavides, a globalização política é o fator histórico que deu origem aos direitos fundamentais de quarta geração. Eles estão ligados à democracia, à informação e ao pluralismo. Também são transindividuais.

– Direitos Fundamentais de Quinta Geração

Paulo Bonavides defende, ainda, que o direito à paz representaria o direito fundamental de quinta geração.

Características dos Direitos e Garantias Fundamentais

São características dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) **Historicidade:** não nasceram de uma só vez, revelando sua índole evolutiva;
- b) **Universalidade:** destinam-se a todos os indivíduos, independentemente de características pessoais;
- c) **Relatividade:** não são absolutos, mas sim relativos;
- d) **Irrenunciabilidade:** não podem ser objeto de renúncia;
- e) **Inalienabilidade:** são indisponíveis e inalienáveis por não possuírem conteúdo econômico-patrimonial;
- f) **Imprescritibilidade:** são sempre exercíveis, não desaparecendo pelo decurso do tempo.

Destinatários dos Direitos e Garantias Fundamentais

Todas as pessoas físicas, sem exceção, jurídicas e estatais, são destinatárias dos direitos e garantias fundamentais, desde que compatíveis com a sua natureza.

Eficácia Horizontal dos Direitos e Garantias Fundamentais

Muito embora criados para regular as relações verticais, de subordinação, entre o Estado e seus súditos, passam a ser empregados nas relações provadas, horizontais, de coordenação, envolvendo pessoas físicas e jurídicas de Direito Privado.

Natureza Relativa dos Direitos e Garantias Fundamentais

Encontram limites nos demais direitos constitucionalmente consagrados, bem como são limitados pela intervenção legislativa ordinária, nos casos expressamente autorizados pela própria Constituição (princípio da reserva legal).

Colisão entre os Direitos e Garantias Fundamentais

O princípio da proporcionalidade sob o seu triplo aspecto (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) é a ferramenta apta a resolver choques entre os princípios esculpados na Carta Política, sopesando a incidência de cada um no caso concreto, preservando ao máximo os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente consagrados.

Os quatro *status* de Jellinek

a) *status passivo ou subjectionis*: quando o indivíduo se encontra em posição de subordinação aos poderes públicos, caracterizando-se como detentor de deveres para com o Estado;

b) *status negativo*: caracterizado por um espaço de liberdade de atuação dos indivíduos sem ingerências dos poderes públicos;

ESTRUTURA E ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

— Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional e o processo de organização são elementos centrais para o funcionamento eficaz de qualquer empresa ou instituição. A estrutura organizacional refere-se ao sistema formal de tarefas e relacionamentos que controla, coordena e motiva os funcionários a trabalharem juntos para alcançar os objetivos da organização.

Este arranjo define como as atividades são divididas, agrupadas e coordenadas dentro da empresa. Já o processo de organização é a maneira pela qual os recursos humanos, materiais e financeiros são sistematicamente dispostos para atingir esses objetivos.

Compreender a estrutura organizacional e o processo de organização é crucial para gestores, líderes e qualquer pessoa interessada em administração, pois esses conceitos formam a base sobre a qual se constrói a eficiência operacional e a eficácia organizacional.

No contexto de concursos públicos, como os administrados por bancas como Vunesp, FCC e FGV, o domínio desses tópicos é frequentemente exigido e pode ser determinante para o sucesso dos candidatos.

— Conceitos Básicos de Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é a espinha dorsal de qualquer organização, definindo como as atividades são direcionadas para alcançar os objetivos. Ela estabelece um sistema de tarefas e relacionamentos que coordena e motiva os membros da organização a trabalharem juntos de maneira eficiente. A seguir, são explorados os principais conceitos que compõem a estrutura organizacional:

Hierarquia

A hierarquia é o sistema de níveis dentro da organização que define a cadeia de comando. Em uma hierarquia, cada nível tem uma autoridade específica, e a comunicação normalmente flui de cima para baixo. Este conceito ajuda a definir claramente quem está encarregado de quem e facilita a tomada de decisões e a delegação de tarefas.

— **Cadeia de Comando:** Refere-se à linha de autoridade que se estende do topo da organização até o nível mais baixo e esclarece quem reporta a quem.

— **Amplitude de Controle:** É o número de subordinados que um gerente ou supervisor pode dirigir de forma eficaz. Uma amplitude estreita implica mais níveis hierárquicos, enquanto uma amplitude ampla significa menos níveis.

Departamentalização

A departamentalização envolve a divisão da organização em unidades menores, chamadas departamentos, com base em critérios específicos. Esta divisão permite que a organização funcione de maneira mais organizada e eficiente.

— **Funcional:** Departamentos são formados com base em funções especializadas, como marketing, finanças, produção, etc.

— **Geográfica:** Departamentos são criados com base em regiões geográficas ou áreas de operação.

— **Por Produto:** Departamentos são organizados de acordo com as linhas de produtos.

— **Por Cliente:** Departamentos são formados para atender diferentes segmentos de clientes.

Centralização e Descentralização

Este conceito refere-se ao grau em que a autoridade para tomar decisões é concentrada no topo da hierarquia organizacional (centralização) ou distribuída entre os vários níveis da organização (descentralização).

— **Centralização:** As decisões são tomadas por um pequeno grupo de pessoas no topo da organização. Isso pode levar a uma maior consistência e controle, mas pode diminuir a flexibilidade e a velocidade de resposta.

— **Descentralização:** As decisões são delegadas a níveis mais baixos da hierarquia. Isso pode aumentar a flexibilidade e a rapidez na tomada de decisões, mas pode levar a uma menor consistência e controle.

Formalização

A formalização se refere ao grau em que regras, procedimentos e comunicações na organização são escritos e padronizados. Altos níveis de formalização significam que há muitos regulamentos que orientam o comportamento dos funcionários, enquanto baixos níveis indicam mais flexibilidade e menos controle estrito.

— **Regras e Procedimentos:** Estabelecem como as tarefas devem ser realizadas e fornecem diretrizes para a tomada de decisões.

— **Documentação:** Inclui manuais de procedimentos, políticas escritas e outras formas de documentação formal.

Integração e Coordenação

A integração e a coordenação são essenciais para garantir que as diferentes partes da organização trabalhem juntas de maneira harmoniosa e eficiente.

— **Mecanismos de Coordenação:** Incluem reuniões, comitês, sistemas de comunicação e outros métodos que facilitam a interação entre departamentos.

— **Sistemas de Informação:** Ferramentas e plataformas que ajudam na troca de informações e no monitoramento das atividades organizacionais.

Importância da Estrutura Organizacional

Uma estrutura organizacional bem definida é crucial para o sucesso de qualquer organização. Ela:

– **Facilita a Comunicação:** Clarifica os canais de comunicação, garantindo que as informações fluam de maneira eficiente entre os níveis e departamentos.

– **Define Papéis e Responsabilidades:** Assegura que todos na organização saibam suas funções e responsabilidades específicas, o que reduz a confusão e aumenta a eficiência.

– **Apoia a Coordenação:** Ajuda a coordenar atividades entre diferentes departamentos, garantindo que todos trabalhem em direção aos objetivos comuns.

– **Permite Avaliação de Desempenho:** Com papéis e responsabilidades claramente definidos, torna-se mais fácil avaliar o desempenho individual e coletivo.

Em resumo, a estrutura organizacional não apenas define como uma organização opera, mas também molda a cultura organizacional e influencia diretamente a capacidade da empresa de atingir seus objetivos estratégicos. Compreender esses conceitos é essencial para qualquer gestor ou candidato a concursos públicos que deseje se destacar na área de administração.

Tipos de Estrutura Organizacional

As organizações podem adotar diferentes tipos de estruturas organizacionais, cada uma com suas próprias vantagens e desvantagens. A escolha da estrutura organizacional deve ser baseada nos objetivos estratégicos da organização, no ambiente em que opera e nas características dos seus negócios. A seguir, são apresentados os tipos mais comuns de estruturas organizacionais:

Estrutura Funcional

Na estrutura funcional, a organização é dividida com base nas principais funções executadas, como marketing, finanças, produção, recursos humanos, entre outras. Cada departamento funcional é dirigido por um especialista na área.

– Vantagens:

– **Especialização:** Os empregados se tornam especialistas em suas áreas de atuação, o que pode aumentar a eficiência e a qualidade do trabalho.

– **Economias de Escala:** A concentração de habilidades e recursos pode resultar em economias de escala e maior eficiência operacional.

– **Clareza de Papéis:** As funções e responsabilidades são claramente definidas dentro de cada departamento.

– Desvantagens:

– **Comunicação Ineficiente:** Pode haver problemas de comunicação e coordenação entre diferentes departamentos.

– **Foco Restrito:** Os funcionários podem se concentrar demais em seus próprios objetivos departamentais, negligenciando a visão global da organização.

– **Riscos de Isolamento:** Departamentos podem operar de forma isolada, dificultando a colaboração interdepartamental.

Estrutura Divisional

Na estrutura divisional, a organização é dividida em unidades ou divisões baseadas em produtos, mercados ou regiões geográficas. Cada divisão opera como uma entidade semi-autônoma com seus próprios recursos e objetivos.

– Vantagens:

– **Foco no Produto/Mercado:** Cada divisão pode se concentrar em seus próprios objetivos específicos, aumentando a responsabilidade e a clareza de resultados.

– **Flexibilidade:** A estrutura permite uma resposta mais rápida às mudanças de mercado e necessidades dos clientes.

– **Autonomia:** As divisões têm autonomia para tomar decisões, o que pode aumentar a motivação e a inovação.

– Desvantagens:

– **Duplicação de Recursos:** podem ser duplicados em diferentes divisões, resultando em ineficiências.

– **Competição Interna:** Pode haver competição entre divisões por recursos e suporte corporativo.

– **Desalinhamento de Objetivos:** As divisões podem perseguir objetivos que não estão completamente alinhados com os objetivos estratégicos da organização como um todo.

Estrutura Matricial

A estrutura matricial combina aspectos das estruturas funcional e divisional. Nesse tipo de estrutura, os empregados têm dois chefes: um funcional e um de projeto ou produto. Essa dualidade permite maior flexibilidade e melhor coordenação entre departamentos.

– Vantagens:

– **Flexibilidade e Dinamismo:** A estrutura permite uma resposta rápida e flexível às mudanças do mercado e às exigências dos projetos.

– **Melhor Comunicação:** Promove a comunicação e a colaboração entre diferentes áreas funcionais e divisões.

– **Uso Eficiente de Recursos:** Os recursos podem ser compartilhados entre projetos e funções, aumentando a eficiência.

– Desvantagens:

– **Complexidade na Gestão:** A dualidade de comando pode gerar conflitos de autoridade e confusão entre os empregados.

– **Demandas de Coordenação:** Requer um alto nível de coordenação e habilidades de gestão para resolver conflitos e alinhar objetivos.

– **Sobrecarga de Trabalho:** Os empregados podem enfrentar uma carga de trabalho maior devido à necessidade de reportar a dois chefes.

Estrutura em Rede

Na estrutura em rede, a organização é formada por uma rede de empresas independentes que colaboram entre si para atingir objetivos comuns. Essa estrutura é frequentemente utilizada por empresas que terceirizam várias de suas funções principais.

– Vantagens:

– **Flexibilidade:** Permite uma rápida adaptação às mudanças no ambiente externo e às necessidades dos clientes.

– **Foco no Core Business:** A empresa pode concentrar-se em suas competências principais enquanto terceiriza outras atividades.

– **Inovação:** A colaboração com outras empresas pode estimular a inovação e a troca de conhecimentos.

– **Desvantagens:**

– **Controle Limitado:** Pode ser difícil manter o controle sobre as operações terceirizadas e garantir a qualidade.

– **Dependência Externa:** A organização pode se tornar excessivamente dependente de seus parceiros externos.

– **Riscos de Coordenação:** A coordenação entre diversas entidades independentes pode ser complexa e demandar muitos recursos.

Escolher a estrutura organizacional adequada é crucial para o sucesso de uma organização. Cada tipo de estrutura oferece diferentes benefícios e desafios, e a decisão deve considerar os objetivos estratégicos da organização, o ambiente externo e a natureza dos negócios.

Compreender as características de cada tipo de estrutura permite aos gestores tomar decisões informadas que podem melhorar a eficiência, a eficácia e a adaptabilidade da organização em um mercado competitivo.

– **Processo de Organização**

O processo de organização é fundamental para a eficácia de uma empresa, pois envolve a disposição sistemática dos recursos humanos, materiais e financeiros para atingir os objetivos estabelecidos. Este processo é contínuo e dinâmico, adaptando-se às mudanças do ambiente e às necessidades da organização.

A seguir, são detalhadas as principais etapas do processo de organização:

Identificação das Atividades

O primeiro passo no processo de organização é identificar todas as atividades necessárias para alcançar os objetivos organizacionais. Esta etapa envolve a análise detalhada do que precisa ser feito, considerando todas as funções e tarefas requeridas.

– **Análise de Tarefas:** Identificar cada tarefa necessária e descrever como ela contribui para os objetivos da organização.

– **Divisão do Trabalho:** Dividir o trabalho em tarefas específicas e atribuíveis para facilitar a especialização e a eficiência.

Agrupamento das Atividades

Depois de identificar as atividades, o próximo passo é agrupá-las de maneira lógica e eficiente. As atividades são agrupadas em unidades ou departamentos com base em critérios como função, produto, geografia ou cliente.

– **Departamentalização Funcional:** Agrupamento de atividades similares em departamentos funcionais, como marketing, finanças e produção.

– **Departamentalização por Produto:** Agrupamento de todas as atividades relacionadas a um determinado produto ou linha de produtos.

– **Departamentalização Geográfica:** Agrupamento de atividades com base em áreas geográficas ou regiões.

– **Departamentalização por Cliente:** Agrupamento de atividades com base em segmentos de clientes ou mercados específicos.

Atribuição de Responsabilidades

Cada departamento ou unidade de trabalho deve ter responsabilidades claramente definidas. Esta etapa envolve a designação de tarefas específicas a indivíduos ou equipes, garantindo que todos saibam exatamente o que se espera deles.

– **Definição de Funções:** Especificar as funções e responsabilidades de cada posição dentro do departamento.

– **Designação de Autoridade:** Estabelecer quem tem a autoridade para tomar decisões e supervisionar o trabalho.

Estabelecimento de Relações de Autoridade

Definir claramente as relações de autoridade é essencial para garantir uma comunicação eficiente e um controle eficaz. Isso inclui a criação de uma cadeia de comando que delinea quem reporta a quem.

– **Hierarquia:** Estabelecer uma estrutura hierárquica clara onde cada nível da organização tem autoridade definida.

– **Linhas de Comunicação:** Definir os canais de comunicação para assegurar que as informações fluam adequadamente entre os diferentes níveis e departamentos.

Designação de Recursos

Os recursos necessários para a realização das atividades devem ser designados de forma adequada. Isso inclui a alocação de pessoal, materiais, equipamentos e recursos financeiros.

– **Alocação de Pessoal:** Garantir que cada departamento tenha o pessoal necessário para realizar suas atividades.

– **Distribuição de Materiais e Equipamentos:** Fornecer os materiais e equipamentos necessários para que os funcionários possam realizar suas tarefas eficientemente.

– **Gestão Financeira:** Assegurar que os recursos financeiros sejam distribuídos conforme as necessidades de cada departamento ou unidade de trabalho.

Coordenação das Atividades

Coordenação é o processo de garantir que as diversas atividades e departamentos trabalhem juntos de maneira harmoniosa e eficiente. A coordenação eficaz evita duplicação de esforços e garante que todos estejam alinhados com os objetivos organizacionais.

– **Mecanismos de Coordenação:** Implementar sistemas e processos que facilitem a coordenação, como reuniões regulares, comitês e sistemas de informação.

– **Monitoramento e Avaliação:** Utilizar métricas de desempenho e sistemas de feedback para monitorar as atividades e fazer ajustes conforme necessário.

Importância do Processo de Organização

O processo de organização é crucial para a eficiência e a eficácia de uma empresa por várias razões:

– **Clareza e Ordem:** Um processo de organização bem estruturado traz clareza para as funções e responsabilidades, o que reduz confusões e conflitos.

– **Melhoria da Comunicação:** Ao definir claramente as relações de autoridade e as linhas de comunicação, a organização melhora a troca de informações e a colaboração.

– **Aumento da Eficiência:** A especialização e a divisão do trabalho permitem que as atividades sejam realizadas de maneira mais eficiente.

– **Flexibilidade e Adaptabilidade:** Um processo de organização eficaz permite que a empresa se adapte rapidamente às mudanças no ambiente externo.

– **Facilitação da Coordenação:** A coordenação adequada das atividades ajuda a evitar redundâncias e garante que todos os departamentos trabalhem em direção aos mesmos objetivos.

O processo de organização é um componente essencial da administração, fornecendo a estrutura e os mecanismos necessários para que uma empresa funcione de maneira eficiente e eficaz. Desde a identificação e agrupamento de atividades até a atribuição de responsabilidades e designação de recursos, cada etapa do processo é crítica para o sucesso organizacional. Compreender e implementar um processo de organização robusto pode ajudar os gestores a melhorar a comunicação, a coordenação e a eficiência, contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos da organização.

— Importância da Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é vital para o funcionamento eficaz e eficiente de qualquer organização, sendo um fator determinante para seu sucesso a longo prazo. A seguir, discutimos as principais razões pelas quais uma estrutura organizacional bem definida é essencial:

Facilitação da Comunicação

Uma estrutura organizacional clara ajuda a garantir que a comunicação flua de maneira eficiente entre os diferentes níveis e departamentos da organização.

– **Canais de Comunicação Definidos:** Facilita a troca de informações, assegurando que as mensagens sejam transmitidas de forma precisa e no tempo adequado.

– **Redução de Ruídos e Distorções:** Minimiza mal-entendidos e distorções de informações que podem ocorrer em uma estrutura mal definida.

– **Melhoria na Tomada de Decisões:** Informações precisas e oportunas são cruciais para uma tomada de decisão eficaz.

Definição de Papéis e Responsabilidades

Uma estrutura organizacional bem delineada define claramente os papéis e responsabilidades de cada membro da organização.

– **Clareza nas Funções:** Todos os empregados sabem exatamente o que se espera deles, o que reduz a confusão e melhora a eficiência operacional.

– **Responsabilidade e Prestação de Contas:** Facilita a atribuição de responsabilidades e a prestação de contas, tornando mais fácil identificar quem é responsável por determinadas tarefas e resultados.

– **Motivação e Moral:** Funcionários com papéis bem definidos tendem a ser mais motivados, pois entendem sua contribuição para os objetivos organizacionais.

Coordenação de Atividades

Uma estrutura organizacional eficaz facilita a coordenação entre diferentes departamentos e funções dentro da organização.

– **Alinhamento de Objetivos:** Ajuda a alinhar as atividades de todos os departamentos com os objetivos gerais da organização.

– **Sinergia:** Promove a cooperação entre diferentes áreas, resultando em sinergias que aumentam a eficiência e a eficácia.

– **Redução de Duplicação de Esforços:** Evita a redundância de tarefas e atividades, economizando recursos e tempo.

Flexibilidade e Adaptação

Uma estrutura organizacional bem projetada permite que a organização se adapte rapidamente às mudanças no ambiente interno e externo.

– **Agilidade:** Facilita a rápida adaptação a novas oportunidades e ameaças, proporcionando uma vantagem competitiva.

– **Resiliência:** Estruturas flexíveis permitem que a organização se ajuste facilmente a mudanças nos mercados, tecnologias e regulamentos.

– **Inovação:** Estruturas que promovem a comunicação e a colaboração entre departamentos podem fomentar a inovação e a criatividade.

Eficiência Operacional

A estrutura organizacional contribui diretamente para a eficiência operacional da empresa.

– **Especialização:** A divisão do trabalho permite que os empregados se especializem em suas áreas de atuação, aumentando a produtividade e a qualidade do trabalho.

– **Economias de Escala:** Departamentos funcionais podem gerar economias de escala, aproveitando a concentração de recursos e habilidades.

– **Otimização de Recursos:** A distribuição clara de recursos humanos, materiais e financeiros assegura que eles sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz.

Avaliação e Controle de Desempenho

Uma estrutura organizacional bem definida facilita a avaliação e o controle do desempenho individual e coletivo.

– **Métricas de Desempenho:** Permite a implementação de métricas claras para avaliar o desempenho de cada departamento e funcionário.

– **Feedback e Melhoria Contínua:** Facilita o processo de feedback e a identificação de áreas para melhoria, promovendo o desenvolvimento contínuo.

– **Responsabilidade:** Torna mais fácil atribuir responsabilidades e implementar ações corretivas quando necessário.

A importância de uma estrutura organizacional bem definida não pode ser subestimada. Ela é fundamental para garantir a comunicação eficaz, a definição clara de papéis e responsabilidades, a coordenação das atividades, a flexibilidade e adaptação, a eficiência operacional e a avaliação de desempenho.

Ao fornecer uma base sólida para a operação da empresa, a estrutura organizacional contribui significativamente para a realização dos objetivos estratégicos e para o sucesso a longo prazo da organização.

Compreender e implementar uma estrutura organizacional adequada é essencial para qualquer gestor ou candidato a concursos públicos na área de administração, pois é um dos principais pilares da administração eficaz.

A estrutura organizacional e o processo de organização são elementos essenciais para a eficácia e eficiência de qualquer empresa. Eles fornecem a base sobre a qual todas as atividades

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

ORÇAMENTO: ORÇAMENTO PÚBLICO: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

O orçamento público é um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão dos recursos do Estado, sendo responsável por definir a alocação de receitas e despesas governamentais ao longo de um período determinado, geralmente um ano. Sua história remonta à necessidade de os governantes estabelecerem um controle sobre a arrecadação e os gastos públicos, assegurando a viabilidade econômica das ações do governo e a execução de políticas públicas essenciais para a sociedade. No Brasil, o orçamento público se consolidou como um mecanismo de planejamento estatal, estreitamente vinculado ao regime democrático e à transparência na administração dos recursos públicos.

A evolução do orçamento público pode ser observada desde as práticas rudimentares adotadas em períodos monárquicos até a consolidação de um modelo mais técnico e estruturado nos regimes republicanos. Em sua origem, o orçamento era um instrumento meramente contábil, cuja finalidade era registrar receitas e despesas de maneira rudimentar, sem maiores preocupações com planejamento estratégico ou transparência na gestão fiscal. Com o tempo, a necessidade de organização financeira e de prestação de contas aos cidadãos e representantes legislativos levou à criação de regras orçamentárias mais rigorosas, dando origem a sistemas de orçamento que passaram a considerar aspectos como responsabilidade fiscal, equilíbrio financeiro e controle social sobre a gestão dos recursos estatais.

No Brasil, o orçamento público foi sendo aprimorado ao longo das constituições e normas infraconstitucionais. A Constituição Federal de 1988 trouxe inovações significativas, estabelecendo o princípio da transparência na administração orçamentária e criando um modelo estruturado em três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos garantem que a execução do orçamento esteja alinhada a objetivos estratégicos de médio e longo prazo, evitando a improvisação na alocação de recursos e proporcionando maior previsibilidade na gestão pública.

No que se refere à natureza jurídica do orçamento público, ele é um ato normativo de caráter legal, aprovado pelo Poder Legislativo e executado pelo Poder Executivo. Sua natureza jurídica híbrida envolve tanto elementos de lei formal quanto de ato administrativo, uma vez que ele não apenas estabelece diretrizes gerais de arrecadação e gastos, mas também normatiza a execução financeira do Estado. A doutrina jurídica diverge sobre sua classificação: para alguns autores, o orçamento é uma lei meramente autorizativa, pois fixa limites de gastos, mas não obriga sua execução integral; para outros, ele possui um caráter

impositivo em determinados aspectos, especialmente quando há vinculações constitucionais ou legais para a destinação de recursos a áreas essenciais, como saúde e educação.

Além de sua relevância na gestão fiscal e administrativa, o orçamento público é um dos principais instrumentos de controle democrático e transparência governamental. Ele possibilita que a sociedade acompanhe a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos, exercendo pressão sobre os gestores para garantir que as verbas sejam utilizadas de maneira eficiente e ética. Esse controle é exercido tanto por meio dos órgãos de fiscalização internos e externos, como os tribunais de contas e o Ministério Público, quanto pela participação popular e pelo controle social, mecanismos que se tornaram mais eficazes com o advento da tecnologia e a ampliação do acesso às informações públicas.

Portanto, o orçamento público evoluiu de um simples instrumento contábil para um dos principais mecanismos de planejamento governamental, assumindo papel essencial na formulação e execução das políticas públicas. Sua natureza jurídica, apesar das divergências doutrinárias, reforça sua importância como um instrumento normativo que vincula a atuação do Estado à legalidade, ao planejamento e à transparência. A sua adequada gestão e execução são fundamentais para garantir a estabilidade econômica, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, exigindo constante aprimoramento das normas e práticas orçamentárias para que possam atender de maneira eficaz às necessidades da sociedade.

RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO E AS POLÍTICAS FISCAL, TRIBUTÁRIA E CAMBIAL

A relação entre o orçamento público e as políticas fiscal, tributária e cambial é um dos aspectos fundamentais para a compreensão da gestão financeira do Estado. Essas políticas integram um conjunto de diretrizes econômicas que determinam a arrecadação, alocação e utilização dos recursos públicos, influenciando diretamente a estabilidade macroeconômica, o crescimento econômico e a distribuição de renda. O orçamento público não pode ser analisado isoladamente, pois está interligado às estratégias governamentais de arrecadação de tributos, regulação monetária e controle da moeda, impactando diretamente o financiamento das políticas públicas e a administração da dívida pública.

A política fiscal refere-se ao conjunto de medidas adotadas pelo governo para arrecadar receitas por meio de tributos e para definir seus gastos públicos. Sua principal função é equilibrar as contas públicas, garantindo que o Estado tenha capacidade de financiar suas atividades sem comprometer a estabilidade econômica. A relação entre a política fiscal e o orçamento público se dá principalmente por meio da definição de receitas

e despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando o governo aumenta os gastos públicos sem uma contrapartida proporcional de arrecadação, pode gerar um déficit orçamentário, obrigando a tomada de empréstimos e aumentando a dívida pública. Por outro lado, uma política fiscal restritiva, com redução de gastos e aumento da arrecadação, pode levar a superávits orçamentários, possibilitando o pagamento da dívida e a redução da carga tributária. Dessa forma, a política fiscal influencia diretamente a elaboração do orçamento, determinando os limites e as possibilidades de investimentos do governo.

A política tributária, por sua vez, é um dos pilares da política fiscal, pois define a forma como o Estado arrecada seus recursos por meio da tributação. O orçamento público depende da eficiência do sistema tributário para garantir receitas suficientes ao financiamento das despesas governamentais. Um sistema tributário bem estruturado e eficiente permite a arrecadação de tributos de maneira equitativa, reduzindo desigualdades e promovendo justiça fiscal. A definição das alíquotas, bases de cálculo e isenções fiscais tem impacto direto na arrecadação prevista no orçamento, influenciando a capacidade do governo de investir em infraestrutura, saúde, educação e segurança. Além disso, a política tributária pode ser utilizada como instrumento de incentivo econômico, estimulando setores produtivos por meio de desonerações e benefícios fiscais, o que pode impactar a arrecadação e a necessidade de ajustes no orçamento.

Já a política cambial tem um impacto indireto, mas significativo, sobre o orçamento público, pois influencia a dinâmica da economia nacional e a administração da dívida pública externa. A taxa de câmbio afeta a competitividade das exportações e importações, impactando a arrecadação tributária sobre operações internacionais. Além disso, a valorização ou desvalorização da moeda nacional pode alterar o custo da dívida externa do governo, que muitas vezes é contratada em moeda estrangeira. Quando há desvalorização da moeda nacional, o valor da dívida pública em dólares ou euros aumenta, o que pode comprometer a execução orçamentária, exigindo ajustes em outras áreas para compensar o aumento das despesas financeiras. Por outro lado, uma política cambial estável contribui para a previsibilidade econômica e para o planejamento orçamentário mais eficiente.

A relação entre o orçamento público e essas políticas demonstra a interdependência dos instrumentos de gestão econômica do Estado. O planejamento orçamentário deve levar em consideração os impactos das decisões fiscais, tributárias e cambiais para garantir um equilíbrio sustentável das contas públicas e viabilizar o financiamento das políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país. Um orçamento bem estruturado precisa estar alinhado com a política fiscal, garantindo a solidez das contas públicas; com a política tributária, assegurando uma arrecadação eficiente e justa; e com a política cambial, prevenindo oscilações que possam comprometer o equilíbrio macroeconômico. Dessa forma, a gestão do orçamento público não se limita à alocação de recursos, mas envolve a articulação de diversas variáveis econômicas que impactam diretamente a capacidade do Estado de promover o crescimento econômico e o bem-estar da população.

ORÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988; LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS: CARACTERIZAÇÃO, CONTEÚDO E PRAZOS; LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL: CARACTERIZAÇÃO, CONTEÚDO, PRAZOS, CLASSIFICAÇÕES

O orçamento público é um dos principais instrumentos de planejamento financeiro do Estado, sendo fundamental para garantir a alocação eficiente dos recursos disponíveis em prol das demandas da sociedade. Por meio dele, o governo estima anualmente as receitas que serão arrecadadas e define como esses recursos serão distribuídos para atender às diversas áreas prioritárias, como saúde, educação, infraestrutura e segurança.

A elaboração do orçamento público segue um processo rigoroso, previsto em lei, envolvendo diferentes fases e instrumentos normativos, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essas leis orçamentárias, propostas pelo Poder Executivo e analisadas e aprovadas pelo Poder Legislativo, desempenham um papel estratégico no desenvolvimento e execução de políticas públicas, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma transparente e em consonância com os interesses da população. Desta forma, o orçamento público se configura como um mecanismo indispensável para o equilíbrio das contas públicas e o desenvolvimento socioeconômico do país.

— Conceito de Orçamento Público

O orçamento público é um instrumento de gestão utilizado pelo governo para planejar e organizar a utilização dos recursos financeiros disponíveis, visando atender às necessidades da sociedade. Ele consiste na previsão de receitas e despesas para um período determinado, geralmente o ano fiscal, e tem como objetivo principal garantir que os gastos sejam realizados de forma equilibrada, evitando déficits e promovendo a estabilidade econômica.

Por meio do orçamento, o governo estima quanto será arrecadado em impostos, taxas e outras fontes de receita e define como esses recursos serão distribuídos entre as diversas áreas de atuação, como saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outras. Dessa forma, o orçamento público não apenas orienta a administração dos recursos financeiros, mas também reflete as prioridades de políticas públicas, demonstrando como o governo pretende atender às demandas da população.

Além disso, o orçamento público é uma ferramenta de controle social, permitindo à sociedade acompanhar como os recursos estão sendo aplicados e se as ações do governo estão alinhadas com os objetivos de desenvolvimento e bem-estar coletivo.

Entes Responsáveis pela Elaboração do Orçamento

No Brasil, a responsabilidade pela elaboração do orçamento público é compartilhada entre os três entes federativos: União, Estados e Municípios. Cada um desses entes é encarregado de planejar e organizar seu próprio orçamento de acordo com as particularidades de sua administração e as necessidades locais, sempre respeitando as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

A União, por meio do Governo Federal, elabora o orçamento da esfera nacional, que contempla áreas como defesa, educação, saúde e programas de alcance nacional. Os Estados são responsáveis por orçamentos que atendem às demandas regionais, como segurança pública, educação estadual e infraestrutura local. Já os Municípios lidam com orçamentos que priorizam áreas como saúde básica, educação municipal e serviços públicos essenciais no nível local.

Esses entes elaboram seus orçamentos anualmente, seguindo um processo legislativo próprio que envolve a criação, análise, aprovação e execução do orçamento. O processo orçamentário de cada ente deve estar alinhado com as normas estabelecidas pela Constituição Federal e com os principais instrumentos de planejamento orçamentário, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Dessa forma, os entes federativos trabalham em conjunto para garantir que os recursos públicos sejam distribuídos de maneira eficiente, atendendo às necessidades da população e promovendo o desenvolvimento em diferentes níveis da administração pública.

— Instrumentos Principais do Planejamento Orçamentário

O processo orçamentário no Brasil é regido por três instrumentos principais que norteiam o planejamento e a execução dos recursos públicos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos, estabelecidos pela Constituição Federal, são fundamentais para garantir a coerência e a continuidade das políticas públicas, assim como para assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficaz.

Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei de médio prazo que estabelece, para um período de quatro anos, as metas, diretrizes e programas de governo. Sua vigência inicia-se no segundo ano do mandato do Poder Executivo e se estende até o primeiro ano do mandato seguinte, assegurando uma transição entre governos e a continuidade das políticas públicas. O PPA define as grandes prioridades do governo, organizando-as em programas que articulam ações e recursos para alcançar os objetivos traçados.

O principal papel do PPA é orientar as demais leis orçamentárias, garantindo que as metas de longo prazo sejam contempladas nas execuções orçamentárias anuais. Dessa forma, todas as iniciativas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) devem estar em consonância com o que foi estabelecido no PPA.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o elo entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. A LDO define as metas e prioridades que serão executadas no exercício seguinte, orientando a elaboração da LOA e assegurando que ela esteja em conformidade com o que foi previsto no PPA. Além disso, a LDO estabelece parâmetros para o controle de despesas, metas fiscais e diretrizes para a política de investimentos.

O projeto de lei da LDO deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril do ano anterior à sua vigência. A partir daí, o projeto passa por análise e votação no Congresso, devendo ser aprovado até o dia 17 de julho, para então ser sancionado pelo Presidente da República.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) detalha, de forma minuciosa, todas as receitas e despesas previstas para o ano seguinte, especificando quanto será gasto e em quais áreas os recursos serão aplicados. A LOA é elaborada com base nas diretrizes estabelecidas pela LDO e deve refletir as metas e programas estabelecidos no PPA.

O projeto da LOA deve ser apresentado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo até o dia 31 de agosto do ano anterior ao de sua execução. Após passar por análise e votação, o projeto deve ser aprovado e devolvido para sanção até o dia 22 de dezembro. A LOA é composta por três tipos de orçamento: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das estatais.

— Fases do Processo Orçamentário

O processo orçamentário no Brasil é composto por diversas fases, que garantem a elaboração, discussão, aprovação e execução do orçamento público de forma transparente e eficiente. Essas etapas envolvem a participação ativa dos Poderes Executivo e Legislativo, além de assegurar que o orçamento reflita os interesses da sociedade e promova o equilíbrio das contas públicas. As fases principais do processo orçamentário são: elaboração, análise, aprovação, sanção e execução.

Elaboração

A fase de elaboração é de responsabilidade do Poder Executivo, que prepara a proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro com base nas metas e prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O processo de elaboração do orçamento envolve a coordenação entre diferentes órgãos e ministérios, que apresentam suas estimativas de receitas e necessidades de despesas. O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto.

Análise e Discussão

Após o envio da proposta pelo Executivo, inicia-se a fase de análise e discussão no Poder Legislativo. O projeto é discutido em comissões específicas, como a Comissão Mista de Orçamento, onde parlamentares debatem as estimativas de receitas e as alocações de despesas. Nessa etapa, é possível propor emendas ao projeto original, que visam adequar o orçamento às demandas regionais ou setoriais. As discussões garantem que o orçamento atenda de maneira justa e equilibrada às necessidades da população.

Aprovação

Concluída a fase de análise, o projeto da LOA é votado no plenário do Congresso Nacional. Para ser aprovado, o orçamento precisa receber a maioria dos votos dos parlamentares. Nessa fase, o orçamento pode ser ajustado conforme as discussões anteriores, desde que as emendas propostas respeitem as diretrizes da LDO e as metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).

Sanção

Uma vez aprovado pelo Congresso Nacional, o projeto de Lei Orçamentária Anual segue para sanção do Presidente da República. O chefe do Executivo tem a prerrogativa de sancionar o orçamento tal como foi aprovado ou vetar partes específicas que considere inadequadas ou que não atendam aos critérios legais ou fiscais. Após a sanção, a LOA passa a ter força de lei e o governo está autorizado a executar as despesas previstas.

Execução

A fase de execução consiste na aplicação dos recursos conforme o planejamento estabelecido na LOA. O Poder Executivo é responsável por gerenciar as receitas arrecadadas e realizar os pagamentos para as áreas previstas, como saúde, educação, infraestrutura, segurança, entre outras. Durante essa etapa, a execução do orçamento é monitorada e controlada por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Congresso Nacional, que têm o papel de garantir a legalidade e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Avaliação e Controle

Além da execução, é fundamental que o orçamento seja constantemente avaliado para verificar se as metas estão sendo cumpridas e se os recursos estão sendo utilizados de maneira eficiente. A fiscalização é realizada por órgãos de controle, como o TCU e as controladorias internas dos governos, que analisam a regularidade dos gastos e a conformidade com o que foi estabelecido na LOA. Essa etapa é essencial para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

— Especificidades de Cada Instrumento Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é dividida em três orçamentos distintos, que são responsáveis por organizar e especificar a destinação dos recursos públicos de acordo com diferentes finalidades: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das estatais. Cada um desses orçamentos possui características e áreas de atuação específicas, fundamentais para garantir uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos.

Orçamento Fiscal

O Orçamento Fiscal é o principal componente da LOA e abrange as receitas e despesas relativas aos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além de órgãos da administração pública direta e indireta, como autarquias, fundações e fundos governamentais. Seu objetivo é financiar as atividades essenciais do Estado, como infraestrutura, educação, saúde, segurança pública e defesa nacional.

Este orçamento também contempla despesas com o serviço da dívida pública, tanto interna quanto externa, além de outros encargos financeiros necessários para o funcionamento da máquina pública. Dessa forma, o Orçamento Fiscal é crucial para o equilíbrio fiscal e para a manutenção das atividades administrativas e operacionais do governo.

Orçamento da Seguridade Social

O Orçamento da Seguridade Social é voltado para o financiamento das políticas sociais que envolvem a previdência, a assistência social e a saúde. Sua finalidade é assegurar recursos para programas e ações que garantam a proteção social dos cidadãos, especialmente em situações de vulnerabilidade, como aposentadorias, pensões, auxílio-doença, seguro-desemprego e benefícios assistenciais.

Esse orçamento também financia o Sistema Único de Saúde (SUS), responsável por atender as demandas de saúde da população, garantindo o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde. Assim, o Orçamento da Seguridade Social é fundamental para a manutenção das políticas de bem-estar social e de suporte à população mais carente.

Orçamento de Investimentos das Estatais

O Orçamento de Investimentos das Estatais refere-se às empresas públicas e sociedades de economia mista nas quais o governo detém a maioria do capital social com direito a voto. Esse orçamento é destinado a financiar os investimentos dessas empresas, que operam em setores estratégicos da economia, como energia, telecomunicações, transporte e petróleo.

As estatais utilizam esse orçamento para expandir sua infraestrutura, modernizar suas operações e realizar novos projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico do país. Um exemplo clássico são as empresas de grande porte, como a Petrobras, que executa seus planos de investimentos com base nesse orçamento.

O orçamento público desempenha um papel crucial na gestão dos recursos do Estado, garantindo que as políticas públicas sejam executadas de forma eficiente e equilibrada, sempre em consonância com as necessidades da sociedade. Através dos instrumentos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), o governo consegue planejar suas ações, alocar recursos e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas para promover o desenvolvimento socioeconômico do país.

Além disso, o processo orçamentário, com suas fases detalhadas e seu sistema de fiscalização e controle, assegura a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. A participação dos diferentes entes federativos e a análise criteriosa do Poder Legislativo são elementos que fortalecem a democracia, permitindo que o orçamento reflita os anseios da população e promova a justiça social.

Por fim, uma gestão orçamentária eficiente é fundamental não apenas para garantir o equilíbrio das contas públicas, mas também para possibilitar investimentos estratégicos nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura, que são essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento sustentável do país.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS; PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS; CICLO DE VIDA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO; FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE APOIO AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS

O gerenciamento de projetos é uma disciplina essencial dentro da administração, especialmente em um mundo corporativo cada vez mais dinâmico e orientado a resultados. Ele envolve a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para a execução de atividades específicas de um projeto, com o objetivo de alcançar metas pré-estabelecidas.

Projetos bem gerenciados são fundamentais para o sucesso de qualquer organização, pois permitem a inovação, a melhoria contínua e a obtenção de vantagens competitivas.

Este texto aborda os princípios e conceitos fundamentais do gerenciamento de projetos, explorando tópicos como definição de projeto, distinção entre projetos e processos, tipos de projetos, stakeholders, benefícios, ciclo de vida do projeto e o papel do gerente de projetos.

Compreender esses elementos é crucial para qualquer profissional que deseja atuar na área de gestão de projetos, garantindo não apenas a execução eficaz dos mesmos, mas também a sustentabilidade e crescimento da organização a longo prazo.

— Conceito de Projeto

Um projeto é uma iniciativa temporária, com início e fim definidos, destinada a criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Projetos são caracterizados por sua singularidade e objetivos específicos, diferenciando-se das operações contínuas de uma organização, que são repetitivas e permanentes. A natureza temporária dos projetos implica que eles têm uma duração finita e não são destinados a durar indefinidamente.

Os projetos surgem da necessidade de resolver um problema, atender a uma demanda de mercado, aproveitar uma oportunidade, ou cumprir um requisito regulamentar. Eles podem variar em tamanho, complexidade e duração, mas todos compartilham a característica de buscar um resultado único e específico. Exemplos de projetos incluem a construção de um novo edifício, o desenvolvimento de um software, a criação de uma campanha de marketing ou a implementação de um novo sistema de gestão.

Características de um Projeto

– **Temporiedade:** Todo projeto tem um início e um fim claramente definidos. A conclusão do projeto ocorre quando seus objetivos foram atingidos ou quando se torna claro que os objetivos não serão ou não podem ser atingidos.

– **Singularidade:** Cada projeto é único, possuindo um conjunto específico de objetivos, atividades e resultados que o diferenciam de outros projetos e operações rotineiras.

– **Progressividade:** Projetos são desenvolvidos em etapas ou fases que permitem um desenvolvimento progressivo do trabalho até a conclusão final.

– **Objetivos Claros:** Projetos são iniciados para alcançar objetivos bem definidos, que podem incluir a criação de um produto, a melhoria de um processo ou a solução de um problema específico.

– **Recursos Limitados:** Projetos geralmente operam dentro de restrições de tempo, orçamento e recursos. A gestão eficaz desses recursos é fundamental para o sucesso do projeto.

Exemplo de um Projeto

Para ilustrar, considere a construção de uma ponte. Esse projeto teria uma série de características específicas:

- **Início e fim definidos:** A construção começa com a fase de planejamento e termina quando a ponte está concluída e funcional.

- **Resultado único:** A ponte é um resultado tangível e exclusivo, diferente de outras pontes que possam existir.

- **Fases distintas:** Inclui fases como planejamento, design, construção e inspeção final.

- **Objetivo claro:** Prover um meio de travessia sobre um obstáculo, como um rio ou vale.

- **Recursos limitados:** Uso de materiais, mão-de-obra, equipamentos e orçamento específicos.

Importância do Conceito de Projeto

Compreender o conceito de projeto é essencial para diferenciar atividades de projetos das operações regulares da organização. Essa distinção ajuda na aplicação das melhores práticas de gerenciamento de projetos, garantindo que os esforços sejam direcionados de forma eficaz e eficiente para alcançar os resultados desejados. Além disso, ao reconhecer a natureza temporária e exclusiva dos projetos, as organizações podem planejar e alocar recursos adequadamente, evitando desperdícios e maximizando os benefícios.

— Diferença entre Projetos e Processos

Embora projetos e processos possam parecer semelhantes em termos de envolvimento em atividades organizacionais, eles são fundamentalmente diferentes em vários aspectos. Compreender essas diferenças é crucial para gerenciar ambos de forma eficaz e alcançar os objetivos organizacionais.

Projetos

Os projetos são iniciativas temporárias e únicas, criadas para atingir objetivos específicos. Características-chave dos projetos incluem:

- **Temporariedade:** Projetos têm um início e um fim claramente definidos. Eles são concebidos para serem concluídos em um período de tempo especificado.
- **Singularidade:** Cada projeto é único, com um conjunto específico de objetivos, entregáveis e requisitos. Por exemplo, a construção de um novo edifício ou o desenvolvimento de um novo software.
- **Objetivos Específicos:** Projetos são direcionados para alcançar um objetivo ou resultado específico, como lançar um novo produto ou implementar um novo sistema.
- **Progressividade:** Projetos progridem através de fases distintas, como iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento.

Processos

Os processos, por outro lado, são atividades contínuas e repetitivas que mantêm a operação regular de uma organização. As características principais dos processos incluem:

- **Continuidade:** Processos são permanentes e contínuos, sem um fim definido, a menos que a organização mude suas operações.
- **Repetitividade:** Processos são repetitivos e cíclicos, realizados de forma consistente para manter a operação. Por exemplo, o processo de fabricação de um produto ou o processo de atendimento ao cliente.
- **Eficiência e Otimização:** Processos focam na eficiência e na otimização contínua, buscando melhorar a produtividade e reduzir custos ao longo do tempo.
- **Estabilidade:** Processos são geralmente estáveis e seguem um conjunto de procedimentos e normas bem definidos.

Exemplos Comparativos

Para ilustrar melhor a diferença entre projetos e processos, consideremos alguns exemplos práticos:

- **Projeto de Construção de um Edifício:**

Temporário: Inicia com o planejamento e termina quando a construção é concluída.

Único: Cada edifício construído é único, com seu próprio design e especificações.

Objetivo Específico: Prover uma nova estrutura para uso.

- **Processo de Manutenção de um Edifício:**

Contínuo: O processo de manutenção não tem fim definido, ocorrendo enquanto o edifício estiver em uso.

Repetitivo: Inclui atividades regulares e repetitivas, como inspeções, reparos e limpezas.

Eficiência: Foca na manutenção eficiente do edifício para garantir sua longevidade e funcionalidade.

Integração entre Projetos e Processos

Embora projetos e processos sejam diferentes, eles frequentemente se complementam dentro de uma organização. Por exemplo, um projeto pode ser iniciado para melhorar um processo existente. Após a conclusão do projeto, o novo processo otimizado se torna parte das operações contínuas da organiza-

ção. Além disso, a conclusão bem-sucedida de projetos muitas vezes depende da eficiência dos processos organizacionais que suportam as atividades do projeto.

Importância de Diferenciar Projetos e Processos

Distinguir claramente entre projetos e processos permite que uma organização aplique as abordagens de gerenciamento mais apropriadas para cada um:

- **Para Projetos:**

Aplicação de metodologias de gerenciamento de projetos (como PMBOK, PRINCE2).

Foco em atingir objetivos específicos dentro de prazos e orçamentos definidos.

Flexibilidade para ajustar o plano conforme necessário para lidar com incertezas e mudanças.

- **Para Processos:**

Implementação de práticas de gestão de processos de negócios (BPM).

Busca contínua por eficiência, qualidade e melhoria.

Estabilidade e consistência na execução das atividades.

A compreensão das diferenças entre projetos e processos é essencial para a administração eficaz de uma organização. Projetos são temporários e únicos, focados em objetivos específicos e progressivos, enquanto processos são contínuos e repetitivos, centrados na eficiência e na manutenção das operações diárias. Ambos são fundamentais para o sucesso organizacional, mas requerem abordagens e técnicas de gestão distintas.

— Tipos de Projetos

Os projetos podem variar amplamente em escopo, complexidade e objetivo, refletindo as diversas necessidades e metas das organizações. A classificação dos tipos de projetos ajuda a entender melhor as suas particularidades e a aplicar as melhores práticas de gerenciamento adequadas a cada contexto. A seguir, discutiremos alguns dos principais tipos de projetos encontrados em diferentes setores.

Projetos de Construção

Projetos de construção são aqueles que envolvem a criação de infraestruturas físicas, como edifícios, pontes, estradas e instalações industriais. Esses projetos são geralmente complexos e de longa duração, exigindo coordenação entre várias disciplinas, incluindo engenharia civil, arquitetura, e gestão de obras.

- **Exemplos:**

Construção de um arranha-céu.

Construção de uma rodovia interestadual.

Construção de uma fábrica.

Projetos de Tecnologia da Informação (TI)

Projetos de TI focam no desenvolvimento e implementação de sistemas tecnológicos, software e hardware. Eles podem envolver a criação de novos aplicativos, a integração de sistemas existentes, ou a melhoria de infraestrutura tecnológica.

- **Exemplos:**

Desenvolvimento de um novo sistema de gestão empresarial (ERP).

Implementação de uma solução de segurança cibernética.
Atualização de uma rede de computadores.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Projetos de P&D visam à inovação e ao desenvolvimento de novos produtos, processos ou tecnologias. Esses projetos são essenciais para empresas que buscam manter a competitividade e atender às demandas do mercado através de soluções inovadoras.

- **Exemplos:**

Desenvolvimento de um novo medicamento.
Pesquisa para novas tecnologias de energia renovável.
Criação de novos materiais com propriedades melhoradas.

Projetos de Marketing

Projetos de marketing envolvem atividades destinadas a promover produtos ou serviços, fortalecer a marca e alcançar novos mercados. Eles podem incluir campanhas publicitárias, lançamentos de produtos, e eventos promocionais.

- **Exemplos:**

Lançamento de uma campanha publicitária em várias mídias.
Organização de um evento de lançamento de um novo produto.
Desenvolvimento de uma estratégia de branding.

Projetos Sociais

Projetos sociais são aqueles que buscam melhorar o bem-estar social e comunitário. Eles são frequentemente implementados por organizações governamentais, ONGs, e instituições sem fins lucrativos e focam em áreas como saúde, educação, e desenvolvimento comunitário.

- **Exemplos:**

Implementação de um programa de alfabetização para adultos.
Desenvolvimento de um projeto de habitação popular.
Organização de campanhas de vacinação em massa.

Projetos de Sustentabilidade

Projetos de sustentabilidade visam promover práticas ambientais responsáveis e reduzir o impacto ambiental. Esses projetos são cada vez mais importantes para empresas e governos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

- **Exemplos:**

Implementação de sistemas de energia solar em uma comunidade.
Criação de programas de reciclagem em larga escala.
Desenvolvimento de políticas de conservação de água.

Projetos de Melhoria de Processos

Projetos de melhoria de processos focam na otimização e na eficiência das operações internas de uma organização. Eles buscam identificar gargalos, eliminar desperdícios e melhorar a qualidade dos processos existentes.

- **Exemplos:**

Implementação de metodologias Lean ou Six Sigma.
Automação de processos de fabricação.
Revisão e melhoria do fluxo de trabalho administrativo.

Características e Desafios Específicos

Cada tipo de projeto apresenta características e desafios específicos que influenciam a abordagem de gerenciamento necessária:

- **Complexidade:** Projetos de construção e TI tendem a ser altamente complexos, exigindo coordenação entre múltiplas disciplinas e stakeholders.
- **Inovação:** Projetos de P&D e marketing muitas vezes enfrentam incertezas e riscos elevados devido à natureza inovadora de suas atividades.
- **Impacto Social:** Projetos sociais e de sustentabilidade têm um forte componente ético e de responsabilidade social, exigindo sensibilidade cultural e envolvimento comunitário.
- **Otimização:** Projetos de melhoria de processos focam na eficiência e na eliminação de desperdícios, requerendo análises detalhadas e metodologias rigorosas.

Compreender os diferentes tipos de projetos e suas especificidades é essencial para aplicar práticas de gerenciamento de projetos eficazes. Cada tipo de projeto requer abordagens e técnicas adaptadas às suas características e objetivos.

Ao reconhecer essas variações, os gerentes de projetos podem planejar, executar e concluir projetos de maneira mais eficiente, garantindo que as metas organizacionais sejam alcançadas e que os recursos sejam utilizados de forma otimizada.

— Stakeholders

Os stakeholders, ou partes interessadas, são indivíduos, grupos ou organizações que têm interesse no resultado de um projeto. Eles podem influenciar ou ser influenciados pelas atividades e resultados do projeto. Identificar e gerenciar os stakeholders é um aspecto crucial do gerenciamento de projetos, pois o sucesso do projeto frequentemente depende da satisfação e do suporte dessas partes interessadas.

Tipos de Stakeholders

Os stakeholders podem ser categorizados em duas grandes classes: internos e externos.

Stakeholders Internos

Os stakeholders internos são aqueles que estão diretamente envolvidos na execução do projeto ou que fazem parte da organização que realiza o projeto. Eles incluem:

- **Equipe do Projeto:** Inclui todos os membros que trabalham diretamente no projeto, como desenvolvedores, engenheiros, designers e outros profissionais.
- **Gerente de Projetos:** Responsável pela gestão geral do projeto, planejamento, execução e monitoramento.

• **Patrocinador do Projeto:** Geralmente um executivo da organização que fornece recursos e suporte para o projeto e está interessado em seu sucesso.

• **Alta Administração:** Inclui diretores e gerentes seniores que têm interesse nos resultados do projeto por suas implicações estratégicas e operacionais.

Stakeholders Externos

Os stakeholders externos são aqueles que não fazem parte da organização executora, mas que são afetados pelo projeto ou têm interesse em seu resultado. Eles incluem:

• **Clientes:** As pessoas ou organizações que utilizarão o produto ou serviço resultante do projeto. Eles são frequentemente os stakeholders mais críticos.

• **Fornecedores:** Empresas ou indivíduos que fornecem materiais, componentes ou serviços necessários para o projeto.

• **Governo e Reguladores:** Agências governamentais e órgãos reguladores que impõem normas e regulamentações que o projeto deve cumprir.

• **Comunidade:** A comunidade local ou o público em geral que pode ser afetado pelo projeto, especialmente em projetos de grande escala como construção de infraestrutura.

• **Investidores:** Partes que financiam o projeto e estão interessadas em seu sucesso financeiro.

Importância da Gestão dos Stakeholders

A gestão eficaz dos stakeholders é essencial para o sucesso do projeto. Isso envolve a identificação de todas as partes interessadas, compreensão de suas expectativas e necessidades, e manutenção de uma comunicação constante e transparente. A seguir estão alguns passos importantes na gestão dos stakeholders:

Identificação dos Stakeholders

O primeiro passo é identificar todos os stakeholders relevantes para o projeto. Isso pode ser feito através de entrevistas, workshops, e análises de documentos. Ferramentas como a Matriz de Stakeholders podem ajudar a mapear as partes interessadas e entender suas influências e interesses.

Análise das Expectativas e Influências

Após identificar os stakeholders, é necessário analisar suas expectativas, interesses e o nível de influência que têm sobre o projeto. Isso ajuda a priorizar os stakeholders e a desenvolver estratégias de engajamento adequadas.

Desenvolvimento de um Plano de Gestão dos Stakeholders

Um plano de gestão dos stakeholders deve ser desenvolvido para delinear como o projeto irá se comunicar e interagir com as partes interessadas. Esse plano deve incluir:

• **Estratégias de Comunicação:** Definir como e com que frequência os stakeholders serão informados sobre o progresso do projeto.

• **Gestão das Expectativas:** Estabelecer formas de gerenciar e alinhar as expectativas dos stakeholders com os objetivos do projeto.

• **Engajamento dos Stakeholders:** Planejar atividades para envolver os stakeholders de forma significativa, obtendo seu feedback e suporte contínuos.

Comunicação Contínua

Manter uma comunicação aberta e contínua com os stakeholders é vital. Isso inclui atualizações regulares sobre o progresso do projeto, reuniões de status, relatórios de desempenho e feedback.

Desafios na Gestão dos Stakeholders

Gerenciar stakeholders pode ser desafiador, especialmente em projetos complexos com múltiplas partes interessadas com interesses conflitantes. Alguns dos desafios incluem:

• **Alinhamento de Expectativas:** Diferentes stakeholders podem ter expectativas e objetivos diferentes, o que pode levar a conflitos.

• **Comunicação Eficaz:** Garantir que todos os stakeholders recebam a informação necessária de forma clara e oportuna.

• **Engajamento:** Manter todos os stakeholders engajados e comprometidos durante todo o ciclo de vida do projeto.

• **Gestão de Conflitos:** Resolver conflitos entre stakeholders de maneira justa e eficaz.

Os stakeholders desempenham um papel crucial no sucesso de qualquer projeto. Uma gestão eficaz dos stakeholders envolve identificar todas as partes interessadas, entender suas necessidades e expectativas, e manter uma comunicação constante e transparente. Ao fazer isso, os gerentes de projetos podem garantir um suporte contínuo e resolver possíveis conflitos, aumentando as chances de sucesso do projeto.

— Benefícios do Gerenciamento de Projetos

O gerenciamento de projetos oferece uma série de benefícios que são essenciais para o sucesso organizacional.

Aplicar práticas eficazes de gerenciamento de projetos permite às organizações não apenas alcançar seus objetivos específicos de projeto, mas também melhorar a eficiência operacional, a qualidade dos produtos e serviços, e a satisfação dos stakeholders.

Maior Eficiência e Organização

O gerenciamento de projetos promove a eficiência ao fornecer uma estrutura clara para planejar, executar e monitorar as atividades do projeto. Algumas das maneiras pelas quais essa eficiência é alcançada incluem:

• **Planejamento Detalhado:** A criação de um plano de projeto detalhado ajuda a definir os objetivos, escopo, cronograma e recursos necessários, evitando surpresas e garantindo que todas as atividades sejam bem coordenadas.

• **Uso Ótimo de Recursos:** O gerenciamento eficaz de recursos, incluindo tempo, orçamento e pessoal, assegura que esses recursos sejam alocados e utilizados de forma eficiente, minimizando desperdícios.

Melhoria na Qualidade

Projetos bem gerenciados resultam em produtos e serviços de maior qualidade. Isso é alcançado através de:

• **Padrões de Qualidade:** A definição e o cumprimento de padrões de qualidade garantem que os entregáveis atendam às expectativas dos stakeholders.